

30 de Novembro 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 6
Nº 287
Director-Geral
Evaristo Mulaza



Apagão na Angola Telecom e greve à vista

Pág. 12



AGUARDAM ORDENS

Municípios sem data para emissão de alvarás

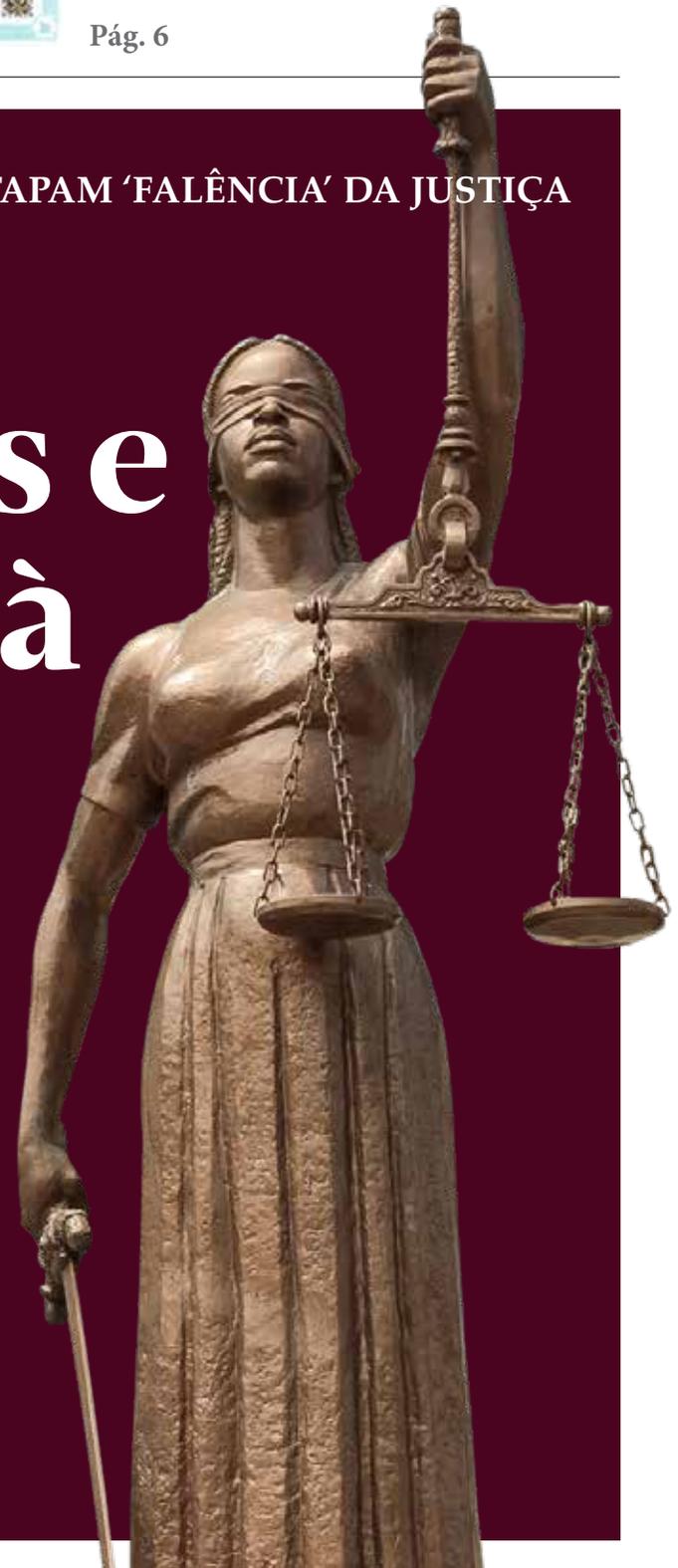
Pág. 6

JUÍZES, ADVOGADOS E UTENTES DESTAPAM 'FALÊNCIA' DA JUSTIÇA

Tribunais arruinados e entregues à corrupção

- Juízes sem gabinetes trabalham com luz de telemóveis
- Falta papel, tinteiros e até lapiseiras
- Funcionários fazem cópias de processos nas 'cantinas'
- Audiências adiadas recorrentemente
- Tribunais recusam resmas de papel de advogados
- Juízes compram consumíveis do próprio bolso

Págs. 4 e 5



RECURSO

'Caso 500 milhões' no Tribunal Constitucional

Págs. 8 e 9



BNA FICA COM TUDO

Banca sem liquidez para comprar divisas ao Tesouro

Pág. 10

Editorial

RESPOSTAS AO GOVERNANTE AFRICANO

Por que razão os africanos e os angolanos, em particular, pelo menos os que podem, abandonam o país?

Os angolanos abandonam o país, porque há largos anos que testemunham a morte da esperança, depois de já ter estado moribunda. E, cansados da incompetência de quem os governa, procuram aliviar-se do nojo da insensibilidade, afastando-se o máximo possível do epicentro da insanidade governativa.

Os angolanos abandonam o país, porque sucumbiram à sua própria capacidade de resistir à humilhação de verem parentes e amigos morrerem nos hospitais, por falta de uma seringa, de um balão de soro ou de um simples antipirético para baixar a febre. Como oportunamente nos recorda a médica geral J. Marques num relato pungente, nas redes sociais.

Os angolanos abandonam o país porque, cansados da verbor-

reia sobre os alegados esforços na melhoria da qualidade da educação e do ensino, veem um sistema cada mais incapaz de oferecer o mínimo de competências que sirvam para enfrentar a competitividade exigida num mundo cada vez mais global.

Os angolanos, particularmente os jovens, abandonam o país, porque dormem e acordam atormentados pelo medo de verem o seu tempo passar sem qualquer hipótese de realização, num país em que apenas menos de 20% da população economicamente activa tem emprego formal.

Os angolanos, particularmente os jovens, abandonam o país, porque testemunham, incrédulos, a retrocessos civilizacionais, no plano das conquistas políticas, enquanto uma casta que se julga eternamente privilegiada se serve de todos os meios imaginários para sequestrar o Estado e travar os avanços democráticos. E, por arrasto, o desejado desenvolvimento.

Os angolanos, sobretudo os jovens, abandonam o país porque,

apesar da conversa fiada da meritocracia, estão mais do que esclarecidos que o cartão de militância continua a sobrepor-se a qualquer acervo de competências no acesso às poucas oportunidades que aqui e acolá aparecem.

Os angolanos, com destaque para os jovens, abandonam o país porque sabem que qualquer sujeito sonhador, de pensamento livre e independente, está condenado às vicissitudes da sua própria ousadia no trabalho, nos negócios e até na vida privada.

Os angolanos abandonam o país porque assistem, impávidos, a um discurso político tresloucado contra a corrupção e contra o favoritismo, ao mesmo tempo em que os actores do tal discurso governam e aprovam abertamente projectos em que são os primeiros beneficiários.

Os angolanos abandonam o país, porque há uma classe intelectual, salvo algumas excepções.

Os angolanos abandonam o país, porque desejam a todo custo escapar à insanidade. Definitivamente.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



AMARO FRANCISCO,
antigo director nacional de Estruturação e Desenvolvimento Turístico

Há soluções para o turismo no actual contexto pandémico ou é para esquecer?

Não pode ser para esquecer. Nem mesmo as pessoas que estão no Ministério estão para esquecer. Elas continuam dedicadas ao nível dos funcionários e até mesmo do actual secretário de Estado.

Mas os operadores do sector afirmam que não sentem a pulsação do pelouro?

O problema está mais acima, ou seja, nos ministérios da Economia e das Finanças. Estes tinham de estar mais atentos aos discursos do Presidente porque, em todos eles, entra a palavra turismo. Isso é indicador de uma prioridade.

Qual deve ser o posicionamento desses ministérios?

Os operadores do turismo não são tidos nas políticas de apoio, mas são resilientes. Aliás, o turismo por si só tem que ver com o movimento das pessoas e a descoberta. As empresas estão aí a reclamar, porque o Governo lhes virou as costas. O turismo implica consumo, logo, querendo impulsioná-lo, implica pagar bons salários para que o angolano consiga fazer poupança e, no fim de cada ano, ir a lazer com a família. Haverá agora uma actualização salarial, pode ser só na óptica da euforia eleitoral, porque depois fica tudo na mesma.

TERÇA - FEIRA

O Presidente da República promulga a legislação que altera a Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, na sequência da aprovação pela Assembleia Nacional, em segunda deliberação, apesar dos protestos da Oposição.

QUARTA - FEIRA

O Conselho de Ministros aprova a criação do Instituto Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes de Transportes (Inipat), bem como o respectivo estatuto orgânico.

QUINTA - FEIRA

O ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino de Azevedo, destaca o papel de Angola na erradicação dos “diamantes de sangue” e salienta a importância deste mineral para a economia, com a recuperação dos preços a abrir perspectivas positivas.

SEGUNDA-FEIRA

O Governo reforça a previsão de a economia regressar já este ano ao crescimento, antevendo uma ligeira expansão económica de 0,2%, antes de acelerar para os 2,4% em 2022.

SEXTA - FEIRA

O plenário do Tribunal Supremo decide manter as condenações em primeira instância dos arguidos do ‘caso 500 milhões’, apesar de os resultados da votação terem produzido uma espécie de empate técnico.

SÁBADO

O presidente do conselho de administração da empresa Sicopal, Mário Albano dos Santos, entende que a burocracia é um entrave para o acesso dos empresários do sector das pescas a financiamentos bancários.

DOMINGO

O empresário Agostinho Kapaia estima que o volume de intenções de negócios realizados pelos empresários angolanos, nos sete dias da Feira Comercial Intra-Africana, realizada em Durban, na África do Sul, tenha sido de 4 mil milhões de dólares.



COTAÇÃO



PETRÓLEO CAI...

O petróleo começou a terça-feira a perder por causa das preocupações sobre a nova variante da covid-19. O Brent, referência às exportações angolanas, no período da tarde, registou queda de 6,17% para os 68,70 dólares. Já o WTI caía 6,36%, negociando a 65,50 dólares.



BOLSAS EUROPEIAS EM QUEDA...

As acções europeias caíram, influenciadas pelos receios da inflação nos EUA face às preocupações sobre a eficácia das vacinas contra a variante ômicron. O índice FTSEurofirst 300 caiu 0,95%, a 1.792 pontos. O STOXX 600 perdeu 0,92%, a 463 pontos. O Financial Times recuou 0,71%, a 7.059 pontos e o DAX caiu 1,18%, a 15.100 pontos.

Economia/Política



FRAGILIDADES ENTREGAM SISTEMA JUDICIAL À CORRUPÇÃO

Juízes sem condições de trabalhar, tiram dinheiro do próprio bolso para comprar papel e tinteiro

JUSTIÇA. Juízes, funcionários e advogados contam nunca terem vivido tempos de tão profunda dificuldade em trabalhar. Nos tribunais, falta de tudo, do papel ao tinteiro, do computador à impressora. Juízes e utentes compram consumíveis. Presidente da Associação dos Juízes de Angola defende uma efectiva autonomia administrativa-financeira e alerta que a corrupção tende a aumentar nos tribunais.

Por Guilherme Francisco

A falta de condições de trabalho nos tribunais do país subiu para níveis alarmantes. Falta de tudo, desde meios de trabalho, como computadores e impressoras, gabinetes para os juízes, papéis, tinteiros e até lapiseiras, conforme o

Valor Económico constatou em alguns tribunais e confirmado pelo presidente da AJA, Adalberto Gonçalves” que admite “uma tendência de aumento da corrupção” na justiça. Audiências são adiadas recorrentemente, notificações e outras diligências não são entregues aos destinatários. Há cartórios de tribunais que demoram dois meses a receberem materiais consumíveis e, quando recebem, não é o suficiente para dar resposta

ao volume de trabalho durante um mês.

No Tribunal de Comarca de Belas, na Urbanização Nova Vida, onde funciona a Sala do Civil, por exemplo, na sexta-feira, 26.11, quase ao meio-dia os utentes aguardavam na sala de espera e no exterior pelo atendimento porque não havia energia eléctrica. Confrontados com a razão de não recorrerem à fonte alternativa, um funcionário contou que não havia combustível

ANGOLA produziu, em Outubro, 91,137 milhões de pés cúbicos de gás associado, correspondente a uma média diária de 2,940 milhões de pés cúbicos (MMSCFD).

no gerador e, ainda assim, em alguns compartimentos juízes se esforçaram a trabalhar à luz da lanterna do telemóvel.

Um outro funcionário deste tribunal, revelou, quando abordado, que na mochila que levava continham cópias de processos reproduzidos numa reprografia próxima. No gozo, atirou: “até no Palácio da cidade alta falta papel”.

A demora fazia com que vários utentes e advogados abandonassem o local mostrando aborrecimento. Alguns com processos a tramitarem lentamente por conta da falta de condições. A mesma realidade é verificada na 4ª Secção da Sala dos Crimes Comuns do Tribunal Provincial Dona Ana Joaquina. Na tentativa de não adiamento constante das audiências, os advogados propuseram a doação de material.

“Os funcionários, quando consultados sobre os processos, a resposta é que não têm materiais para imprimir os despachos dos juízes. Nós propusemos oferecer ao tribunal resmas de papel, mas não aceitaram. Disseram que é uma responsabilidade do tribunal”, expõe o advogado David Sabino, achando hoje a resposta de adiamento de audiências “normal”. “O anormal é o processo andar como a lei determina”, lamenta.

Não tão diferente, funcionários da Sala Criminal do Tribunal de Comarca de Belas, no Benfica, reconhecem o aumento da dificuldade nos últimos anos. Embora por estes dias haja papel e tinteiro, explicam que foram obrigados internamente a criar um fundo de maneio para não terem de esperar por cerca de dois meses pelos consumíveis e, em consequência, paralisarem as actividades. Mesmo assim, reporta a falta de almofadas para carimbos, lapiseiras e outros materiais.

O presidente da Associação dos Juízes de Angola, Adalberto Gonçalves, aponta que a dificuldade agudizou desde a mudança da legislativa acompanhada da crise económica. Os 256 juízes e os 517 funcionários dos tribunais vivem dias angustiantes não só pela falta de materiais de trabalho, inclusive de gabinetes. Muitas vezes são os próprios juízes a comprarem com dinheiro próprio papéis, tinteiros e outros consumíveis. Noutras, os utentes aflitos acabam

Nos últimos quatro anos foram orçamentados para o Ministério da Justiça e Direitos Humanos mais de 139 mil milhões de kwanzas

2018	
Total orçamentado	35.242.600.102
Despesas Correntes	17.170.008.082
Despesas Em Bens E Serviços	11.117.525.914
Despesas De Capital	18.072.592.020
2019	
Total orçamentado	26.983.737.392
Despesas Correntes	17.307.930.522
Despesas Em Bens E Serviços	7.525.148.159
Despesas De Capital	9.675.806.870
2020	
Total Orçamentado	27.512.755.621
Despesas Correntes	17.036.029.444
Despesas Em Bens E Serviços	8.245.456.336
Despesas De Capital	10.476.726.177
2021	
Total Orçamentado	49.690.045.494
Despesas Correntes	18.930.215.424
Despesas Em Bens E Serviços	9.370.738.693
Despesas De Capital	30.759.830.070



Mário Mujites © VE

por contribuir para a compra.

“As nossas dificuldades tendem a aumentar, em termos de dotação orçamental para as províncias judiciais, o valor destinado quer para bens e serviços, quer para despesas de capital são insuficientes. Por outro lado, antigamente os cartórios dos tribunais podiam fazer retenção de 20% do valor destinado ao cofre da Justiça, mas esta prerrogativa foi retirada. Eram estes 20% que permitiam atenuar

alguma dificuldade com material gastável”, explica o presidente da AJA.

O agravamento das condições, no entender do juiz e líder associativo, é a não efectivação, no verdadeiro sentido, da autonomia administrativa-financeira do poder judicial, ao mesmo nível, por exemplo, do poder legislativo. “Autonomia financeira não é o poder judicial fazer um orçamento e as finanças chegarem, e dizerem

que só têm direito a isso, têm de explicar porque não é possível dar mais”, critica.

Contrariamente à política de bandeira do Presidente João Lourenço, de combate à corrupção, a “situação deplorável” coloca os magistrados na rota da corrupção. E Adalberto Gonçalves admite mesmo que a corrupção tende a aumentar na justiça.

“A questão da morosidade sempre vai desembocar no sentimento de impunidade, transmite às pessoas que a justiça não funciona e as pessoas não têm receios, enveredam para a corrupção. Os níveis de corrupção tendem a aumentar. Por outro lado, tendo um poder judicial mais fragilizado, os operadores estarão mais susceptíveis de ceder aos aliciamentos”, deixa patente.

JUÍZES SEM CARRO E CASA

Em Setembro, o Presidente da República autorizou a compra de 54 apartamentos, no valor de 8 mil milhões de kwanzas, para juízes superiores e magistrados. No despacho presidencial n.º 154/21, João Lourenço argumenta que a compra visa aumentar a eficiência, eficácia e prestação de serviço com mais qualidade. Entretanto, o presidente do AJA desconhece juízes que tenham beneficiado. Relativamente a viaturas, explica que há oitos anos que os juízes da primeira instância não beneficiam. “Legalmente, os juízes têm direito a uma viatura de uso pessoal, estamos no final de 2021, a última vez em que foram distribuídas viaturas para juízes de primeira instância foi no final de 2012, a princípio de 2013. Nesta altura, ainda não tínhamos, acredito, 300 juízes. Agora o número duplicou e há juízes que nunca receberam uma viatura. Falam muito do decreto, nenhum juiz beneficiou de viatura alguma”, protesta.

Com o crescimento da inflação e a depreciação cambial, as condições sociais dos juízes “não são das melhores”. O líder associativo refere que têm um estatuto remuneratório “muito bonito”, mas, em termos concretos, não veem grande parte dos benefícios. Além do salário desajustado, não recebem outra qualquer regalia, nem têm seguro de saúde. A justificação recebida é sempre a mesma: “Não há verbas”.



Adalberto Gonçalves,
presidente
da Associação dos
Juízes de Angola

“A questão da morosidade sempre vai desembocar no sentimento de impunidade, transmite às pessoas que a justiça não funciona e as pessoas não têm receios, enveredam para a corrupção. Os níveis de corrupção tendem a aumentar. Por outro lado, tendo um poder judicial mais fragilizado, os operadores estarão mais susceptíveis de ceder aos aliciamentos.”

Economia/Política

PROCESSO ATRASADO AGUARDA POR DECISÕES “DE CIMA”

Municípios ainda sem data para emitir alvarás comerciais

COMÉRCIO. Governo garante que constrangimentos para emissão do documento estão resolvidos. Descentralização está na fase de formação.

Por Isabel Dinis

O processo de desburocratização da emissão do alvará comercial, que previa que os municípios passariam a emitir também este documento, ainda não foi efectivado.

A descentralização está dependente apenas do ‘empurrão’ do Governo, segundo apurou o Valor Económico. Em Abril do ano passado, no âmbito de um decreto presidencial de alívio dos efeitos económicos e financeiros provocados pela pandemia, o Governo

decidiu remover o excesso de burocracia que incidia sobre as empresas. Uma das medidas era a passagem de competências para que as administrações municipais pudessem autorizar a abertura dos estabelecimentos.

Desde o ano passado que tem havido formações para que o processo arranque. Há administrações que se dizem preparadas com meios e técnicos para começarem a emitir o documento, mas fazem depender de decisões “de cima”.

A directora Nacional do Comércio e Serviços Mercantis, Edna Capalo, garante que os municípios de Luanda já receberam formação sobre o sistema para que o processo se efective. A previsão é de que este mês

arranque também para os restantes municípios.

Edna Capalo ressalta ainda que o próximo passo é a formação dos técnicos sobre a legislação da Lei das Actividades Comerciais que recentemente foi alterada. “Os municípios não tinham técnicos e não estavam habilitados. Não era uma actividade do dia-a-dia. Estamos nesta segunda fase da formação que começámos por Luanda. Temos agendada a saída para todo o país. Provavelmente, ainda este mês estamos a arrancar para o restante do país. O que se passa agora com os municípios é uma questão de alinhamento metodológico de condições criadas a nível das próprias administrações, como condições físicas e informáticas”, refere.

ALVARÁ REGULARIZADO

A emissão de alvará comercial em Luanda esteve paralisada por alegada falta de papel para emissão do documento desde o primeiro trimestre do ano. Durante este tempo, a Direcção do Comércio estava a emitir declarações provisórias, o que acabou por criar constrangimentos às empresas.

Edna Capalo admite que houve esses constrangimentos, mas ressalta que tudo serviu para “melhorar” o processo de emissão do documento. A responsável anunciou que, a partir de agora, haverá uma nova versão do alvará em que o operador poderá obter o documento por via digital.



EM JANEIRO

Catamarãs passam a fazer interprovincial

No princípio do próximo, os catamarãs passam a fazer viagens interprovinciais, ligando Luanda a Cabinda, Namibe e Benguela, anunciou o ministro dos Transportes Ricardo D’Abreu. Para já, decorrem obras de restauração no terminal de passageiros de Luanda, bem como de conclusão do terminal de Cabinda. “Em Janeiro de 2022 inicia o serviço de transporte de passageiro, interprovincial, e no segundo trimestre o transporte de carga e misto com o ‘FerryBoot’, anunciou durante a recepção de seis catamarãs a Sonangol.

Entretanto, a partir de Dezembro, os catamarãs voltam a fazer a travessia Luanda – Mussulo, e Macoco – Luanda.



Edna Capalo,
directora Nacional
do Comércio e
Serviços Mercantis

PELO MENOS, 27 executivos dos portos angolanos participaram nesta segunda-feira, em Douala, Camarões, no 41º Conselho da Associação de Gestão dos Portos da África Ocidental e Central – AGPAOC, que discutiu ‘A digitalização dos portos’. Para além do conselho anual, o grupo participou também na 16ª mesa redonda dos directores-gerais.

RUSSOS À ESPERA DA CONCORRÊNCIA

Novas multinacionais nos diamantes

Com a entrada de novos ‘colossos’ no próximo tempo, com destaque para Anglo American e a Rio Tinto, ambas valendo pouco mais de 70 mil milhões de dólares.

O secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Correia Victor, nota que poderá juntar-se também em breve a De Beers, a multinacional sul-africana que saiu do país em meio de uma ‘turbulência’ que sacudiu a Endiama, em 2012.

Jânio Victor, que falava à margem da 1ª Conferência Internacional de Diamantes, informou que a De Beers tem a ‘bagagem’ quase feita para voltar a atacar as operações diamantíferas. “As conversações com a multinacional sul-africana estão avançadas”, reforçou, lem-

brando que “até finais de 2017 e princípio de 2018, tínhamos no sector apenas a Alrosa”. Comparando com o sector petrolífero, prosseguiu, a diferença era grande. “O sector petrolífero tem quase todas as multinacionais, mas, no mineiro, tínhamos simplesmente a multinacional russa, que está conosco no Catoca e no futuro no Luaxe”, observou.

Entretanto, o regresso dos sul-africanos da De Beers acontece numa altura em que operadores nacionais se queixam do fraco apoio da banca e pedem a criação de um banco mineiro. Inquietações a que os bancos presentes na conferência internacional responderam com a necessidade da apresentação de projectos credíveis.

Quanto à Alrosa, opera, desde 1996, com a Endiama, o quimberlito de Catoca e projecta ainda a sua presença no projecto mineiro do Luaxe, na Lunda-Sul, onde prevê ‘torrar’ 200 milhões de dólares.



MEDICAMENTOS

Presidente rejeita fábrica e opta por comprar

O Presidente da República anunciou, nesta terça-feira, após inauguração do complexo hospitalar cardiovascular Dom Alexandre do Nascimento, que o Estado não fará qualquer investimento para a construção de uma indústria farmacêutica, apesar de reconhecer que é “grande preocupação” face à necessidade do país.

“Estamos a procurar atrair investidores privados, não interessa se são nacionais ou estrangeiros, para investirem em medicamentos, vacinas, material gastável, tudo o que os serviços de saúde necessitam”, declarou, lamentando a “morte” da única fábrica que o país teve, a Angoméica.

Na primeira reunião da comissão mista bilateral Angola-Índia, que decorreu no ano passado, a ministra da Saúde assegurava que havia um acordo com o governo indiano para a construção de uma fábrica de medicamentos. Sílvia Lutucuta sublinhou que a implementação da indústria é uma das grandes prioridades do Executivo.

APOIO FINANCEIRO

PNUD disponibiliza 103 milhões USD para projectos em Angola

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) já disponibilizou mais de 103 milhões de dólares para a execução de projectos socioeconómicos em Angola, entre 2020 e 2022, com maior destaque nas áreas do ‘Ambiente e Resiliência’, e ‘Democracia inclusiva, direitos humanos e Estado de direito’.

O dinheiro financiado pelo Fundo Global permite o apoio directo a 127.027 pessoas vivendo com VIH e 43.051 adolescentes em cinco províncias, considerou uma fonte da organização, citada pela Angop.

Na apresentação dos resultados intercalares do programa, em Luanda, a responsável para a

Comunicação do PNUD, Cláudia Fernandes, considerou que o montante se destina também às acções de “erradicação da pobreza e crescimento económico”.

Fazem também parte destas acções os projectos de fortalecimento do sistema da saúde resiliente e covid-19, incluindo mulheres grávidas, entrega de pacotes de tratamento de VIH e capacitação sobre saúde sexual reprodutiva, através de um envolvimento coordenado pela sociedade civil.

Assim como constam ainda os estágios profissionais para jovens, com o apoio do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (Inefop) e da Turquia, realização de estudo das competências profissionais na Huíla, empregabilidade, empreendedorismo e desenvolvimento de competências dos jovens do Cazenga.



Economia/Política



PLENÁRIO MANTÉM DECISÃO DA PRIMEIRA INSTÂNCIA

‘Caso 500 milhões’ no Constitucional

JULGAMENTO. Quatro dos oito juízes votaram contra e não assinaram o acórdão em sinal de protesto. Há queixas de várias agressões à Constituição. Próximo passo é no Constitucional.

Por Redação

O Tribunal Supremo decidiu manter as condenações em primeira instância dos quatro arguidos do caso, apesar de os resultados da votação terem produzido um empate técnico.

Dos oito juízes que apreciaram o recurso, quatro apresentaram declarações de votos vencidos, invocando, entre os argumentos de destaque, o facto de o Tribunal não ter valorado como matéria de prova as declarações do ex-Presidente da República.

No decurso das sessões de julgamento, José Eduardo dos Santos respondeu a uma carta do Tribunal, a pedido da defesa do ex-governador do Banco Nacional de Angola, em que confirmou ter autorizado a operação que conduziu à assinatura dos contratos e à consequente transferência dos 500 milhões de dólares. Valores que, segundo a defesa, serviriam de garantia para a capitalização inicial de um fundo estratégico de geração de recursos para a economia angolana.

No entanto, após ter recebido e autorizado a leitura da carta, que foi considerada até pelos juízes nas sessões de julgamento como “fundamental para a descoberta da verdade material”, o Tribunal decidiu

desconsiderar o documento entre os meios de prova, justificando-se que o seu conteúdo se assemelha a “uma reprodução da contestação apresentada pela defesa de Valter Filipe”.

Norberto Capeça, um dos quatro juízes com votos vencidos, escreve, entretanto, na sua declaração, que “a não audição do então Presidente da República põe em causa o princípio do contraditório e, no mais, um direito fundamental, que é o direito a julgamento justo e conforme”. “Estamos perante a omissão de uma formalidade que pode ter influído na decisão, o que, a meu ver, representa uma omissão suficiente para que este Tribunal Pleno e de Recurso julgue nula a decisão”, insiste Capeça.

Ao apontar que o Tribunal não criou as condições para a audição do declarante José Eduardo dos Santos, Teresa Buta, outra juíza com voto vencido, declara que a instância “omitiu o cumprimento de uma formalidade imposta legalmente, que influenciou no conhecimento do mérito da questão, que é susceptível de conduzir à nulidade do acto e, quiçá, do Acórdão”.

Numa fundamentação de 11 páginas, a juíza Joaquina Nascimento ataca o Acórdão, apontando vários aspectos da metodologia doutrinária que não foram observados pelo juiz relator Miguel Correia. “Por um lado, vislumbramos que a fundamentação absorvida pelo douto acórdão e respectiva motivação reiterou tudo

quanto foi apreciado e descrito em primeira instância. Por outro lado, o acórdão recorrido não teve em atenção a necessidade de especificar o meio ou a via por que obteve cada facto que deu como provado, limitando-se a frisar, na motivação da matéria de facto, que extraiu as provas de determinados documentos, declarações ou depoimentos e argumentos sem ter tido o cuidado de especificar qual é o meio de prova que, in concreto, permitiu obter esta ou aquela prova dada como assente na fundamentação de facto”, detalha a juíza, finalizando que as falhas do acórdão levam “a incompreensão das penas aplicadas”.

Ao declarar que “a legitimidade do juiz decorre da obediência à Cons-

Dos oito juízes que apreciaram o recurso, quatro apresentaram declarações de votos vencidos, invocando, entre os argumentos de destaque, o facto de o Tribunal não ter valorado como matéria de prova as declarações do ex-Presidente da República.

tuição e a lei”, a juíza Anabela Vidinhas observa que o juiz relator cita “de forma sofrível a doutrina”, com considerações “sem qualquer relevância para o caso concreto, proferindo-se juízo de valor sobre a putativa motivação”. A juíza escreve que lhe “foi cobrada a declaração de voto vencido, quando, em boa verdade e em consciência do Tribunal Pleno e de Recurso”, requereu que o relator melhorasse o projecto, face a algumas questões que, ao longo da apreciação e consequente discussão foram arguidas. “Sobretudo aquela relacionada com o facto de se saber se, efectivamente, o crime de burla por fraude se consumou ou não, porquanto não se observa, face aos factos apresentados, elementos integradores do tipo que nos conduzam à essa conclusão sem qualquer dúvida”, sublinha.

Dois penalistas consultados pelo Valor Económico notam que, além da carta de José Eduardo dos Santos, o Tribunal “não valorou praticamente qualquer das provas apresentadas em defesa dos arguidos”, incluindo os pronunciamentos de declarantes e até de testemunhas. Ao longo das sessões de julgamento, vários declarantes do BNA asseguraram, por exemplo, que Valter Filipe tinha competências para movimentar até 500 milhões de dólares, no âmbito da política de investimentos do BNA, e garantiram não ter havido evidências de tentativas de se ocultar a operação, contrariando a tese do Ministério Público.

JUÍZES NÃO ASSINARAM ACÓRDÃO

A divisão do plenário do Supremo na apreciação do ‘caso 500 milhões’ está reflectida também nas assinaturas apostas no acórdão. Joaquina Nascimento, Teresa Francisco Buta, Norberto Moisés Moma Capeça e Anabela Vidinhas, além de votarem vencidos, decidiram não assinar o acórdão que confirma as penas aplicadas em primeira instância, o que “gera nulidade”, segundo os dois penalistas que acompanham o processo. “A lei é clara. Um dos requisitos fundamentais da sentença é a assinatura. Isto significa que a não assinatura da sentença gera nulidade”, explica um dos especialistas, sublinhando o facto de “50% dos juízes não concordarem” com a decisão. Ao mesmo tempo, defende que o empate técnico verificado nos votos dos juízes deveria levar necessariamente, pelo menos, a uma reapreciação do acórdão. “É até uma questão de bom senso. Se

há um empate de 4-4, significa que há uma divisão clara, não há consenso de todo, por isso seria esperado que, no mínimo, as matérias fossem reapreciadas para uma nova votação”, observa o penalista.

PRESIDENTE DO TS TERÁ VOTADO DUAS VEZES

Questionados sobre a forma como terá decorrido o desempate para que o Acórdão produzisse efeitos, os dois especialistas já citados que acompanham a apreciação do caso no Plenário do Supremo explicam que o juiz-presidente, Joel Leonardo, terá votado pelo menos duas vezes, apesar de não existir suporte legal para tal procedimento. “No exercício da sua função jurisdicional, o juiz-presidente não pode usar qualquer voto de qualidade, porque, nessas circunstâncias, a relação entre todos os juízes é horizontal e não vertical”, explica um dos penalistas. “Portanto, o juiz-presidente terá votado mais do que uma vez, o que também não tem respaldo legal”, acrescenta o outro, argumentando que, nesses casos, o painel de juízes deve ser ímpar para que, em situação de empate, o juiz-presidente desempate num ou noutro sentido.

O Valor Económico apurou, no entanto, que, além criminalização de um acto administrativo do ex-Presidente da República, matérias como o alegado voto duplo do juiz-presidente do Supremo e a ausência de quatro assinaturas no Acórdão poderão integrar o pacote de reclamações a serem submetidas ao Tribunal Constitucional, no âmbito dos recursos extraordinários de inconstitucionalidade que devem dar entrada até segunda-feira, 29 de Novembro. Outra matéria objecto de contestação deverá ser o impedimento imposto aos arguidos de se ausentarem do país, apesar de sobre os mesmos não pesar qualquer medida de coação desde 2019, altura em que foram retiradas pela pronúncia. “Os documentos dos arguidos continuam retidos, mesmo não havendo qualquer medida. Já houve requerimentos para a devolução dos passaportes até por razões humanitárias, como foi o caso do arguido Valter Filipe que precisava ausentar-se por razões de saúde, mas os documentos não foram entregues, sem qualquer fundamento legal”, observa um dos penalistas, antecipando que “o Tribunal Constitucional deverá apreciar essas matérias na perspectiva da violação do princípio da legalidade, que é necessariamente uma inconstitucionalidade”.

8

Total de juízes que apreciaram o recurso do caso, em sede do Plenário do Tribunal Supremo.

500

Milhões USD, recursos que foram transferidos para Londres, no âmbito da criação do fundo estratégico, como argumentou a defesa

MEMORIZE

- No decurso do julgamento, José Eduardo dos Santos respondeu a uma carta do Tribunal, a pedido da defesa do ex-governador do BNA, em que confirmou ter autorizado a operação que conduziu à assinatura dos contratos e à consequente transferência dos 500 milhões de dólares. Valores que serviriam de garantia para a capitalização de um fundo estratégico de geração de recursos para o país.

Numa entrevista à TPA, em Agosto do ano passado, a juíza jubilada do Tribunal Constitucional Luíza Sebastião afirmou que, do ponto de vista jurídico, o caso já estava resolvido, particularmente pelo facto de os valores envolvidos na operação terem regressado ao país, ainda na fase de instrução preparatória. “Do ponto de vista de política criminal, o assunto está resolvido, mas do ponto de vista político, este é outro assunto”, afirmou a juíza.

Na análise de um dos especialistas consultados pelo Valor Económico o retorno dos valores, ainda em fase de instrução preparatória, terá sido também um das razões por que a Procuradoria-Geral da República terá demorado na formaliza-

ção da acusação. “Provavelmente, a própria PGR estaria inclinada a não avançar com a acusação uma vez que os dinheiros tinham regressado, mas terá cedido à pressão política”, analisa o penalista, lembrando de seguida as declarações do actual governador do BNA que, já em sessão de julgamento, chegou a admitir a legalidade da operação, caso os contratos tivessem tido a autorização do então Presidente da República. “Se os contratos foram autorizados, então são legítimos”, afirmou Massano na sala de julgamento, enquanto declarante.

AS ORIGENS DO CASO

De acordo com dados constantes dos autos, o caso ‘500 milhões’ surgiu depois de José Eduardo dos Santos ter orientado os seus auxiliares, em 2016, a procurarem financiamentos por força da crise económica que já assolava o país desde a segunda metade de 2014. Pouco depois, chegariam a mesa do ex-Presidente da República duas propostas, uma das quais pelas mãos do ex-vice-Presidente da República, Manuel Vicente, e do então ministro das Finanças, Archer Mangureira, que implicava o aumento da dívida pública, em mais de mil milhões de dólares.

José Eduardo dos Santos mostrou-se, entretanto, inclinado pela proposta que lhe chegaria da empresa Mais Financial Services, do empresário Jorge Sebastião, depois de este ter sido convencido por um empresário de origem holandesa Hugo Onderwater a montar uma operação de captação de financiamentos para apoiar projectos estruturantes do Estado, sem o recurso ao endividamento público.

Archer Mangureira assumiu o comando dos contactos iniciais com os promotores e chegou a submeter um parecer desfavorável a José Eduardo dos Santos, o que levou o ex-Presidente a cancelar o projecto. Entretanto, depois de avisado que Mangureira lhe havia submetido uma apreciação unilateral sem a participação de Valter Filipe, contrariando uma orientação sua, José Eduardo dos Santos decidiu afastar o ex-ministro das Finanças, como o confirmou em carta dirigida ao Tribunal.

Com Valter Filipe colocado na coordenação das operações, a iniciativa foi retomada com vários eventos até à concretização da transferência. Pelo meio, José Eduardo dos Santos recebeu os promotores internos e externos do projecto, na presença de membros do seu Governo e do

actual ministro do Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior.

Apercebendo-se da transferência e cumprindo formalidades de compliance, as autoridades inglesas contactaram a Unidade de Informação Financeira (UIF), que dependia do Ministério das Finanças de Archer Mangureira, para a confirmação da licitude dos recursos, mas a instituição respondeu negativamente, depois de contactar o BNA, o que precipitou o bloqueio automático das contas. Numa das sessões de julgamento, uma das declarantes do BNA argumentou que não haviam confirmado a transferência, porque confundiram a operação com movimentos do Tesouro, quando se tratava de uma operação originária do departamento de gestão de reservas.

E assim nascia o processo criminal já com João Lourenço como Presidente da República. Encerrado em Londres por via de um acordo de consenso que permitiu o retorno dos 500 milhões de dólares e dos demais montantes envolvidos na operação, o caso seria aberto em Luanda e, em 2020, José Filomeno dos Santos e Valter Filipe foram condenados a cinco e oito anos de prisão respectivamente, ao passo que ao empresário Jorge Sebastião foram aplicados seis anos. António Bule Manuel, ex-director do departamento de gestão de reserva do BNA, foi condenado a cinco anos.

Entretanto, apesar de ter sido informado da operação por José Eduardo dos Santos, João Lourenço já se referia ao caso, em entrevistas a órgãos estrangeiros e no discurso sobre o estado, de forma condenatória, o que, para vários observadores, condicionou a actuação dos juízes, confundindo o papel dos tribunais no combate à corrupção. No acórdão de mais de 80 páginas do plenário, o juiz relator escreve, por exemplo, que “a sociedade deve tomar consciência de que, tendo-se proclamado ostensivamente o combate à corrupção, os que por ventura, ainda hoje, ou seja, no presente momento em que se abjura ostensivamente a prática de ignóbeis actos de usurpação de bens públicos (...) é avisado que tomem consciência de que, como é lógico e intuitivo, as sanções a aplicar doravante serão muito mais severas”. Declarações que, para um dos penalistas consultados por este jornal, “são reveladoras de que o juiz se substituiu ao Ministério Público e aos políticos”.

Mercados & Negócios

OPERADORES APONTAM AS ORIGENS DO PROBLEMA

Escassez de liquidez condiciona acesso dos bancos às divisas do Tesouro

BANCA. Tendência crescente de indisponibilidade dos bancos comerciais força BNA a adquirir 100 milhões de dólares do Tesouro. Bancos justificam-se com falta de liquidez e apontam recolha da família do kwanza 2012 entre as razões.



Por Redacção

A escassez de liquidez em moeda nacional é a única razão para que os bancos não adquiriram as divisas disponíveis no mercado, segundo gestores bancários ouvidos pelo Valor Económico, na sequência do comunicado do Banco Nacional de Angola (BNA) de que se viu forçado a comprar 100 milhões de dólares por falta de disponibilidade dos bancos comerciais.

“Tendo em conta o volume crescente de oferta de moeda estrangeira não adquirida por parte dos bancos comerciais, o Banco Nacional de Angola procedeu hoje, dia 26 de Novembro, à compra de divisas ao Tesouro Nacional no montante de USD 100 milhões, à taxa de USD/AOA 570,000”, anunciou o banco central.

Para pelo menos três CEO consultados por este jornal, não há dúvidas quanto à origem do problema. “Os bancos não têm liquidez em moeda nacional por isso é que não estão a comprar. A economia está parada, as empre-

sas não vendem e, por isso, não fazem depósitos”, detalha o CEO de uma das cinco maiores instituições bancárias do país.

A recolha da família do kwanza de 2012 e a reclassificação dos depósitos das empresas e instituições públicas são as outras razões apontadas para a falta de liquidez.

“Se, por exemplo, levarmos depósitos de 100 milhões, dos quais 40 milhões em notas da antiga família, esta quantia já não saí do BNA. Portanto, o banco já perde quase metade da sua liquidez”, explica outro CEO de um dos grandes bancos.

MEMORIZE

- A recolha da família do kwanza de 2012 e a reclassificação dos depósitos das empresas são as outras razões apontadas para a falta de liquidez.

500

Milhões USD, montante colocado no mercado pelo Tesouro.

Sobre a reclassificação dos depósitos das empresas públicas, que passam para a esfera do BNA, outro executivo nota a importância dessas instituições na carteira dos bancos. “Há casos em que só o movimento de uma empresa pública representa a perda de milhões em liquidez. Portanto, esta situação (dos bancos não adquirirem divisas) não era nada que não era esperado”, reforça, lembrando que muito recentemente “o Tesouro nacional colocou à disponibilidade dos bancos cerca de 500 milhões de dólares, mas o conjunto dos bancos todos só conseguiu comprar perto de cem milhões de dólares”.

O BANCO NACIONAL de Angola estima que a “inflexão na trajectória da inflação” iniciará em 2022 por isso decidiu manter as diferentes taxas de juro como forma de controlar as pressões inflacionárias na economia.



QUALIDADE E EXPOTAÇÃO

Produção de cacau ‘encalha’ na falta de formação

AGRONEGÓCIO. Falta de conhecimento e ferramentas para produzir cacau de qualidade tem impedido os produtores de Cabinda de exportar. Empresário interessado em implantar fábrica prefere não adiantar o investimento, enquanto não existir capacitação.

Por Guilherme Francisco

Os produtores de cacau que beneficiaram de mudas oferecidas pelo Governo encontram dificuldades no tratamento do produto, devido à falta de formação especializada. António Paulo Pinge, presidente da cooperativa Kikuadi – Kivaku, lembra que o governador provincial de Cabinda, Marcos Nhunga, prometeu há três anos capacitar um grupo de produtores em São Tomé e Príncipe, o que não veio a realizar-se.

“Temos de saber como fazer a fermentação e secagem, só é possível com uma formação. Eu estive no Gana, Costa do Marfim e Togo, os produtores vendem o cacau seco, sabem como fermentar, secar e armazenar para estar dentro dos padrões

internacionais. O cacau necessita de muita precisão”, observa.

O desconhecimento destas técnicas faz com que vendam o quilo do fruto fresco a 400 kwanzas, cinco vezes mais baixo do comprado noutros mercados. E, igualmente, impede a exportação visto que os compradores medem a qualidade desde o plantio. No entanto, os compradores são essencialmente outros fazendeiros que desejam começar ou ampliar a plantação e alguns congolezes.

“Com o cacau fresco a este preço não ganhamos nada porque, para ter 40 mil tem, de ter 100 quilos. Está a dificultar-nos a largar as fazendas porque o preço de compra é muito baixo, ainda temos de pagar os trabalhadores”, lamenta.

Em consequência disso, António Paulo Pinge revela que muitos dos 400 beneficiados das mudas de cacau “estão a abandonar” o cultivo, não só por falta de retorno, mas também de meios. O último levantamento,

refere, reconhece que existem mais de 100 produtores activos.

A actual realidade levou o empresário angolano Joaquim Van-Dúnem e parceiros a recuarem na implantação de uma média fábrica de chocolates em Cabinda, avaliada em 2 milhões dólares. O empresário explica que o primeiro passo, nunca dado, seria a aposta na formação dos agricultores no sentido de assegurar qualidade e “aumento substancial” da produção. Van-Dúnem apresentou a proposta há mais de três anos ao Ministério da Agricultura e Pescas, mas nunca obteve resposta.

Um proprietário de uma média fábrica de chocolates na Holanda testou o cacau angolano e conferiu 70% de qualidade, se comparado aos dos maiores produtores mundiais. Tem produzido chocolate angolano fruto de uma parceria com alguns agricultores de Cabinda, os quais treina à distância em matéria de secagem e fermentação.

EUROPA E RDC PRIMEIROS DESTINOS

Food Care vai exportar alimentos típicos nacionais

A empresa Food Care, especializada em processar e embalar alimentos típicos angolanos como muteta, kizaca, moamba de ginguba, entre outros, prevê exportar para a RDC e para a Europa a partir do início do próximo ano, além de alargar os produtos processados, adicionando o catato, o bagre fumado, o cogumelo fresco congelado, a fumbua e a kissangua.

Marlene José, diretora da empresa, garante que se encontram apenas à espera de resposta do cliente na RDC com quem têm “negociações avançadas”, assim como da aprovação da água por laboratórios da Europa.

“A fábrica foi fundada com o objectivo de diminuir a falta de meios sanitários apropriados para processar os nossos alimentos, estamos focados a processar estes produtos tradicionais de acordo as normas internacionais e vamos colocá-los na diáspora para os angolanos e africanos espalhados no mundo”, garante Marlene José, diretora da empresa.

Com o investimento inicial de 318 mil dólares, a

pequena fábrica, que emprega 10 pessoas directa e 25 indirectamente, foi montada em 2019 e hoje permite uma facturação mensal de 5 milhões de kwanzas, sendo os seus produtos comercializados em pelo menos 14 supermercados em Luanda.

Marlene José aponta, entretanto, “as inúmeras dificuldades” que tem enfrentado, como a falta de um código de barras angolano, o que a obrigou a registar a marca com o código português. A falta de embalagens próprias para o processamento alimentar é outros dos constrangimentos, além das dificuldades de acesso aos supermercados “por estarem mais habituados com a importação”, e a falta de qualidade da água para a devida certificação na Europa.

A pequena fábrica adquire a matéria-prima de todas as províncias do país, incluindo nos mercados informais, e este ano recebeu um crédito de 386 milhões de kwanzas do Banco de Crédito do Sul (BCS) para a aquisição de uma carrinha de distribuição dos produtos e para a compra de novas máquinas, no sentido da expansão do negócio.

Por Mateus Mateus



Mercados & Negócios



Mário Nijetes © VE

CLIENTES FICARAM DOIS DIAS SEM COMUNICAÇÕES

Falta de manutenção provoca queda de sinal da Angola Telecom

TELECOMUNICAÇÕES. Empresa pública não deu qualquer esclarecimento. Fonte alerta que, caso o problema persista, as chamadas internacionais de todas redes nacionais (fixas e móveis) poderão estar comprometidas.

Por Pedro Nvakata

A Angola Telecom registou um ‘apagão’ no sinal das chamadas telefónicas na última quinta e sexta-feira, deixando incommunicáveis e criando embaraços aos utilizadores da rede fixa.

Fonte da empresa garante ao Valor Económico ter-se tratado de uma situação que acontece com alguma regularidade, devido ao

envelhecimento dos softwares, combinado com a falta e ou atraso na manutenção, face às dívidas com os prestadores de serviço. “Passamos o final de semana a trabalhar e hoje (segunda-feira) já estamos a receber chamadas, mas ainda não conseguimos fazer”, detalhou a fonte, esclarecendo que, caso a situação se arraste, “um dia vai afectar o tráfico de trânsito e as chamadas internacionais das operadoras de telefonia móvel”.

Contactado, o responsável do gabinete de comunicação da Angola Telecom, Manuel César, disse inicialmente não estar a par

da situação, mas, ao segundo contacto, escusou-se a prestar qualquer tipo de declarações sobre o assunto.

Angola Telecom E.P conta actualmente com 51 lojas espalhadas em todo país. Luanda, com 10, é a província melhor servida. Malanje não tem nenhuma loja, enquanto o Cuando-Cubango, Cunene e a Lunda-Norte têm apenas uma cada uma.

PRIVATIZAÇÃO PARA DEZEMBRO

O Ministério das Telecomunicações Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINT-

TICS) procedeu à abertura do procedimento do concurso público internacional para a exploração e gestão da infra-estrutura de Transporte Nacional e Metropolitana da Empresa Angola Telecom-E. P. A fase durou um mês e 16 dias (de 14 de Setembro a 30 de Novembro) e a publicação dos resultados está prevista para o mês de Dezembro.

Com a abertura deste concurso internacional, inserido no despacho Presidencial nº 99/21 de 17 de Junho, o Governo diz pretender captar investimento e o know how do sector privado para a gestão.

GREVE DECIDIDA

Sindicalistas dão ultimato à Angola Telecom

Por não ver as suas preocupações respondidas “de forma satisfatória”, o sindicato dos trabalhadores da Angola Telecom marcou, para 10 de Dezembro, a assembleia para decidir se avançam com a greve ou não.

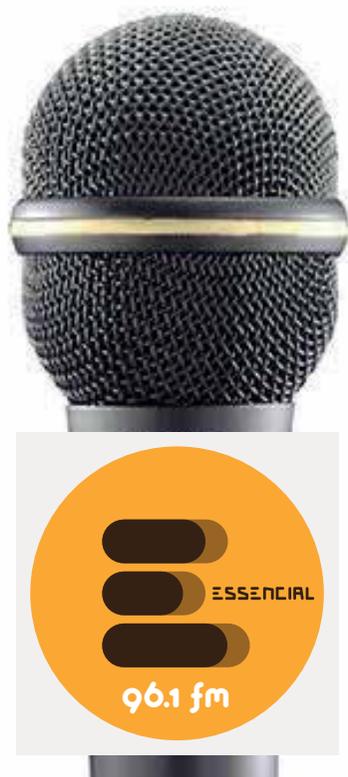
O conselho de administração da empresa, liderado por Adilson Miguel dos Santos, garantiu, em carta de resposta às reivindicações, datada de 24 de Novembro, que a empresa tudo faz para que se possa responder positivamente com algumas exigências. Assegurou, no entanto, que não há disponibilidade para atender a todas reclamações de uma vez, devido à situação económica da instituição. E atira largas culpas aos funcionários por serem os “principais mentores” dos estragos de alguns bens da empresa, adiantando que está em execução a troca de alguns equipamentos.

O aumento salarial consta entre as reclamações e sobre esta questão o conselho de administração responde que não se conseguirá dar resposta num curto espaço de tempo, porque as dificuldades da empresa se tornaram “gritantes”, face ao surgimento da pandemia. Mas assegura que o assunto será discutido junto do Ministério das Telecomunicações.

A comissão sindical deu entrada do caderno reivindicativo a 11 de Outubro, exigindo, entre 10 reivindicações, que se melhorasse o nível de condições de trabalho dos prestadores de serviço. Reclama também dos atrasos reiterados nos pagamentos dos salários, falta de políticas habitacionais, falta de condições de trabalho, subsídio de alimentação, plano de saúde e o não pagamento do INSS, bem como a revisão do horário de trabalho e a compensação na reforma.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Entrevista

ALCIDES CABRAL, PRESIDENTE DO PMI ANGOLA CHAPTER

“Não estamos num bom caminho”

Líder da PMI Angola, uma organização sem fins lucrativos que ensina boas práticas de gestão em projectos, critica a situação económica, não encontrando “um bom caminho” e por isso aconselha “parar e pensar para rever a estratégia”. Está convencido de que temos um ambiente de negócios favorável em oportunidades, por causa das potencialidades naturais, mas defende que se converta essa riqueza natural em benefícios sociais com “projectos bem elaborados”.



Por Júlio Gomes

De que forma o PMI Angola Chapter pode impactar o processo de desenvolvimento?

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, instalada em Angola, há cerca de quatro anos, para disseminar as boas práticas em gestão de projectos. Representa o PMI (Project Management Institute), uma instituição criada em 1969 nos EUA. Já temos 306 membros e 133 certificações.

O que isso representa?

Trabalhamos com voluntários que acabam por ganhar experiência de gestão e, com base nisso, tornam-se elegíveis para fazer a certificação do PMI. Os membros registados pagam quotas anuais para fazerem parte desse ‘ecossistema’ que envolve uma série de palestras, ‘workshops’, cursos de formação, entre outros eventos de partilha de conhecimento. Só num dos mais recentes eventos, reunimos 400 participantes no HCTA, em Luanda. Nestas acções, também contamos com um dos nossos principais patrocinadores, o Ministério das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Está provado que é com base nos projectos que as entidades públicas e privadas conseguem, através de uma organização projectizada, obter os melhores resultados.

Como olha para os programas gizados pelo Governo?

Acho que o Governo tem gizado bons programas.

Como o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), por exemplo?

As estratégias são materializadas por intermédio de projectos. Podemos ter boas políticas e estratégias, mas se não tivermos projectos bem desenvolvidos, todas as políticas e estratégias vão por água-abaixo.

Então admite que há um fracasso?

É muito disso que tem havido cá: boas políticas, boas estratégias, mas falhamos na realização dos projec-

tos que até são feitos por pessoas que têm conhecimentos do negócio, boa capacidade de liderança, mas falham na gestão.

Como se pode inverter o quadro?

A nossa comunidade integra pessoas de todo o mundo, com experiência de gestão de projectos. O PMI expandiu-se de tal forma que hoje existem, pelo mundo, mais de 283 representações com mais de 470 mil membros. Em África, são apenas 14 países com o PMI, entre os quais a África do Sul, com 2.000 membros e mais de 3.000 pessoas certificadas.

São consultados pelo Governo no lançamento dos projectos?

Sim, tanto por entidades públicas como privadas.

No caso do PIIM, deram algum parecer?

O que acontece é que não será o PMI Angola Chapter a mudar as organizações. Serão as pessoas dessas organizações, quando capacitadas, com base nas reais práticas de gestão de projectos disseminadas pelo PMI a operar mudanças. O nosso apelo não é para as organizações, mas sim para as pessoas que devem começar a pensar que não basta ter conhecimentos de negócio, mas também é preciso estudar as melhores práticas de elaboração de projectos.

O que se pode conseguir com o recurso a esta entidade?

Está provado que é com base nos projectos que as entidades públicas e privadas conseguem, através de uma organização projectizada, obter os melhores resultados. Os projectos têm várias características. Uma delas é que documentam, organizam, priorizam, sequenciam e dão uma dinâmica do trabalho que faz com que haja melhor qualidade no resultado final. Aliás, esta-

“*Estamos numa fase que nos mostra que não estamos num bom caminho. Precisamos de parar e pensar para rever a nossa estratégia.*”

mos numa fase em que o país não deve ter mais desperdícios, porque estamos em crise.

Como salvaguardar o país desta situação?

Gestão de projectos é uma ciência. Logo, é preciso estudar para termos um bom profissional na área e, com isso, encontrarmos os melhores trilhos que nos levem a projectar, implementar e concluir os programas de desenvolvimento sem constrangimentos.

Mas podemos ir buscar essas valências à universidade, no caso, à Faculdade de Economia?

Reitero que a gestão de projectos é uma ciência transversal, mas, infelizmente em Angola, temos apenas poucas pessoas com certificação PMP (Project Management Professional, na tradução inglesa). Temos muito poucos gestores de projectos capacitados, quando na África do Sul são mais de 3.000, na Coreia do Sul, mais de 11 mil e nos EUA mais de 150.000.

É uma ciência transversal?

Sim, porque o médico, o professor, o agricultor também podem ser bons gestores de projectos se tiverem essa agregação técnica.

Por via do PMI, certo?

O PMI tem um guia de referência, ou seja, uma ‘bíblia’ da gestão de projectos: o PMIbook. Este livro tem as melhores práticas e experiências acumuladas a nível do mundo. E vai já na sua 6ª edição.

Em Angola, é difícil a aprendizagem das boas práticas de gestão pública?

O PMBook não é para fazer uma cópia. É um guia de referência para vermos o que é importante para introduzir na nossa realidade e gerirmos melhor os nossos programas de desenvolvimento. O livro está preparado neste sentido.

É preciso marchar depressa, não?

É preciso que as pessoas se preparem. Temos estado a dar cursos de fundamento de gestão de projectos e preparação para a certificação. Algumas pessoas têm sido já capacitadas e têm feito exames. Umas têm sido bem-sucedidas. Queremos continuar a disseminar a formação, porque são estas pessoas que farão acontecer as suas organizações. É preciso paciência na medida em que a certificação não é fácil.

Porquê?

Para se ter uma ideia, um exame que tem 200 perguntas demora quatro horas. Em Angola, não temos nenhum centro credenciado para realizar esse exame.

Onde ficam os centros certificadores?

Na África do Sul, em Portugal, no Brasil e no Dubai, mas é preciso muita disciplina e dedicação para poder aprovar nesse exame. Angola faz parte de três países lusófonos com PMI depois de Portugal e o Brasil. Neste último, o PMI está ‘espalhado’ por quase todos os Estados. Em Angola, não prevemos criar filiais por estarmos numa fase embrionária e temos ainda muito por explorar. Não obstante, nas nossas acções, saímos de Luanda para as províncias, onde temos pontos focais, ou seja, pessoas que levam a marca do PMI em Benguela e no Namibe. Mas não estamos ainda a pensar em instalar escritórios nessas províncias

Estamos há quase meio século a ‘gravitar’ em torno dos programas de desenvolvimento, mas o país não acontece...

Quando conseguimos a Independência, Angola já era um país com programas de desenvolvimento. É preciso agora avançar com equipas que auscultem as comunidades, fazer uma análise do impacto, enfim, auscultar e depois é preciso concertação e, por fim, escolher a melhor solução consensual que faça o país sacudir a inércia e avançar.

Mas aqui o cidadão não é envolvido...

Muitas vezes pensamos que melhorar é gerir para os outros. Nós não

devemos gerir para o cidadão, mas sim com o cidadão. É preciso planejar exaustivamente o tempo, o cronograma de acções, os custos, a qualidade e os planos de comunicação, de recursos, de riscos e de aquisições. Depois da execução, é preciso monitorizar e controlar, através de auditorias, e isso deve ser um processo sério para atingir objectivos.

Os vossos cursos podem contribuir para as boas escolhas?

É necessário que os formandos conheçam, nas 10 horas de conhecimento, cinco grupos de processos e 49 processos de gestão de processos. Dois ou três meses é o período mínimo que estimamos para que as pessoas estudem ‘fundamentos em gestão de projectos’, além de cursos intensivos de dois meses de preparação para a certificação. Aliás, os exames são ‘duros’. (risos).

E além disso...

Temos nas nossas universidades uma cadeira de gestão de projectos, mas não com todo o rigor desejado. Além disso, o certificado do PMI é válido em todo o mundo. Essa é a grande vantagem desse diploma. E nesta altura em que estamos a abrir as fronteiras para a Zona de Comércio Livre da SADC, vamos interagir com outros países. Será cada vez mais necessária a gestão de projectos acompanhar também essa corrida.

Como pode ser feita a corrida?

As empresas que querem financiar Angola na senda da SADC, e não só, geralmente precisam de saber se há gestores certificados. O PMI tem um código de ética assente em quatro pilares: responsabilidade, respeito, justiça e honesti-

Perfil

Do Namibe para a certificação internacional

Alcides Campos Gomes Cabral nasceu no Namibe, em 1981, onde também estudou matemática. Na Universidade Católica de Angola, concluiu, em 2010, engenharia informática e o MBI (Master of Business Administration) em gestão de projectos pela Brazilian Business School (BBS), “uma instituição com bases muito boas de ensino e capacitação técnica”, como faz questão de elogiar. Prosseguiu os estudos que o levaram aos EUA, obtendo a certificação internacional.

Precisamos de ter coragem de aprender a viver sem o principal recurso, o petróleo. Temos de aproximar os discursos às práticas. Essa abordagem da agricultura tem de ser uma realidade, a indústria tem de acontecer e as tecnologias também.

Violando esses princípios, posso perder a certificação, o que não é fácil de adquirir. Portanto, a nossa responsabilidade não é apenas técnica. O gestor de projectos PMI tem de ser ético. Aliás, existem países que têm faculdades só para esse fim como no Brasil e em Portugal. No nosso país, devíamos lançar também cursos de graduação em gestão de projectos. Temos um programa de PMI nas escolas, para ensinar as crianças de tenra idade para que aprendam, a partir da base, transformar uma ideia em uma realização. Queremos trazer para cá experiências bem-sucedidas em outros países.

Como olha para a situação económica e social do país?

Estamos numa fase que nos mostra que não estamos num bom caminho. Precisamos de parar e pensar para rever a nossa estratégia. Temos um ambiente de negócios que, em termos de oportunidade, é favorável por causa das enormes potencialidades naturais, mas é preciso saber converter essa riqueza natural em benefícios sociais e isso tem de ser feito na base de projectos que devem ser, por sua vez, bem elaborados.

E quanto à propalada diversificação económica?

Precisamos de ter coragem de aprender a viver sem o principal recurso, o petróleo. Temos de aproximar os discursos às práticas. Essa abordagem da agricultura tem de ser uma realidade, a indústria tem de acontecer e as tecnologias também. Temos de apostar cada vez mais na meritocracia.

O nosso sistema de ensino não produz bons quadros?

Temos de reformular o sistema da base ao topo. Temos de ir às universidades buscar os melhores e potenciá-los para serem inseridos na produção. Nada está perdido. Houve uma febre de formar como se fez, em quantidade, mas agora é preciso chamar as pessoas e tirar o máximo delas. Não temos país para desperdiçar recursos humanos. É preciso recapacitá-los. Infelizmente, não podemos fazer educação por decreto.

Assim, não se chega lá?

Podemos avançar, mas vamos ter de fazer mudanças e pensarmos mais em nós.



DE JURE

DISPUTA DO TERRITÓRIO MARÍTIMO

Quénia rejeita decisão do Tribunal Internacional

O Quénia afirmou, segunda-feira, que não vai aceitar a decisão anunciada, na semana passada, pelo Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), que lhe foi desfavorável.

Em causa está a disputa territorial da fronteira marítima com a Somália, com quem reclama 160 mil quilómetros quadrados que vão do Oceano Índico ao largo do Corno de África, uma zona rica em depósitos de petróleo, gás e em recursos marinhos.

"A emissão da decisão foi o culminar de um processo judicial imperfeito sobre o qual o Quénia teve reservas e do qual se retirou, não só devido ao seu envie-

samento óbvio e evidente, mas também porque não é adequado para resolver a disputa em questão", explicou o secretário principal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Macharia Kamau, à comunicação social em Nairobi, citado ontem pela Efe.

A disputa sobre a fronteira do Oceano Índico vem desde 2014, quando, após vários anos de negociações sem resultados, a Somália pediu ao TIJ que se declarasse competente para julgar o caso. O tribunal aprovou o pedido em Fevereiro de 2017 e rejeitou as objecções do Quénia.

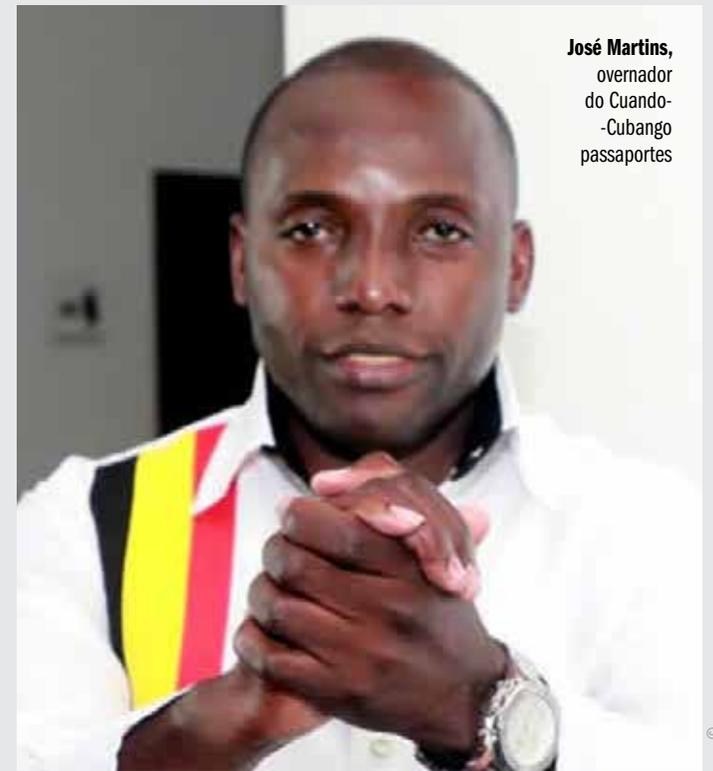
Em Fevereiro de 2019, numa nova reviravolta nas relações tensas entre os dois países, o então embaixador da Somália no Quénia, Mohamoud Ahmed Nur, foi

expulso após o governo queniano ter acusado a Somália de leiloar, em Londres, reservas de petróleo localizadas na área em disputa.

O Supremo Tribunal da ONU, que se recusou a aceitar um quarto, começou as sessões em Março de 2021 após ter cedido a três adiamentos pedidos pelo Quénia.

O país retirou-se do processo e não esteve presente nas sessões. A Somália, entretanto, classificou o gesto como "uma tentativa de boicote". Apesar da ausência do país, o julgamento prosseguiu porque ambas as nações já tinham apresentado as suas alegações por escrito.

Para o Quénia a fronteira deve ser traçada numa linha paralela ao equador, tal como o foi a fronteira marítima anglo-italiana definida durante o período colonial.



José Martins, governador do Cuando-Cubango passaportes

CUANDO-CUBANGO

PGR arquiva processo-crime do novo governador

O processo-crime instaurado contra o recém-nomeado governador do Cuando-Cubango, José Martins, foi arquivado, anunciou esta segunda-feira a Procuradoria-Geral da República (PGR).

O processo-crime aberto quando era então administrador do município do Cuito Cuanavale, foi arquivado a 13 de Agosto deste ano, segundo comunicado da PGR.

A nota refere também que o processo-crime foi instaurado com base numa denúncia, segundo a qual José Martins, que substituiu Júlio Bessa como governador do Cuando-Cubango, exonerado na semana pas-

sada, "beneficiava irregularmente de direitos e regalias sociais com fundamento no facto de ser deficiente de guerra".

"Entretanto, terminada a instrução do processo, verificou-se que o referido senhor cumpriu todo o formalismo necessário para o recenseamento na categoria de deficiente de guerra, tendo sido admitido em 2006, tal como prevê a Lei n.º 13/02, de 15 de Outubro, (Lei do Antigo Combatente e do Deficiente de Guerra) e o Decreto n.º 57/04, de 31 de Agosto que aprova o regulamento sobre as formalidades necessárias para o recenseamento e controlo do Antigo Combatente, deficiente de guerra e familiar de combatente tombado ou perecido", lê-se no documento.

ESTRATÉGIA APROVEITA A FALTA DE SANÇÕES INTERNACIONAIS

China 'esconde' navios e contentores

COMÉRCIO. Navios chineses 'escondem-se' nos mares, aproveitando a falta de sanções. É uma estratégia que agita o comércio internacional. Seis em cada 10 navios pertencem à China. Analistas suspeitam que a gestão de Beijing passe por guardar mercadoria para a vender depois.

Por Emídio Fernando

Dados e análises económicas indicam que o tráfego marítimo, que envolve navios chineses, esteve em queda livre no último mês. No entanto, há cada vez mais mercadoria a circular, em contentores, entre a China e o resto do mundo. A contradição pode ser explicada pelo desaparecimento de navios chineses. Desde o mês passado, essa queda tem sido mais acentuada. Os analistas procuram explicações e a principal que encontram é a vontade da China de se... esconder.

É a segunda vez que uma grande quantidade de navios chineses é dada como desaparecida em larga escala. Em Maio de 2019, muitas embarcações desapareceram dos mares da China, quase todas de bandeira chinesa. Foi lançado um mistério que só teve explicações semanas depois: os navios tornearam as sanções impostas ao Irão e estiveram, durante esse tempo, a transportar petróleo iraniano. Desfeito o mistério, faltava explicar como os navios se escondiam, fintando radares.

A explicação parece ser simples e foi dada pelo director de Estudos Marítimos da Universidade Tufts, dos Estados Unidos, Rockford Weitz, à BBC. Os navios simplesmente desligaram o sistema de identificação que os coloca em posição detectável. Nada mais simples. Uma ajuda dada pela legislação que permite que isso aconteça sem que haja sanções ou penalizações.

Em Outubro, perante uma 'ofensiva' prevista de haver maior



circulação de navios, os chineses aproveitaram e voltaram a esconder navios e os contentores carregados de mercadorias.

Normalmente, para garantir a segurança da navegação, as grandes embarcações comerciais transmitem as suas posições, com intervalos de poucos segundos. Assim, permitem que cada rota seja minuciosamente acompanhada, tal qual é feito com os aviões. Esse sistema ganha maior importância por causa da pirataria em alto-mar que continua a ser uma 'indústria' altamente rentável.

O método usado é o Sistema de Identificação Automática (AIS, na sigla em inglês). Além disso, cada navio ainda é vigiado por métodos mais simples e mais antigos, como radares e satélites.

O AIS contém o método mais usado na marinha mercantil com

informações como nome do navio, localização exacta ao segundo e a velocidade. Essas informações são enviadas, em tempo real, para estações localizadas ao longo da costa de um país usando um rádio de alta frequência.

"Os regulamentos da Organização Marítima Internacional (IMO) exigem que as mensagens AIS sejam transmitidas por qualquer grande embarcação comercial", lembra Rockford Weitz.

A legislação internacional também obriga que os navios não desactivem os instrumentos de detecção. Mas é o que tem acontecido no último mês, porque não há uma fiscalização correcta e, ainda mais importante, não existe uma penalização.

Também em entrevista à BBC, James R. Holmes, especialista em estratégia marítima no Colé-

Cada vez mais, os mares estão congestionados com a circulação de todo o tipo de embarcações, desde os navios de grande porte aos iates de luxo. Daí que James R. Holmes chame a atenção para os perigos: "o mar é uma vasta planície sem estradas onde um navio se perde se decidir não notificar outras pessoas sobre o seu paradeiro, mas um navio pode 'escurecer' simplesmente desligando as emissões electrónicas, como radio-comunicação".

Nos últimos anos, é isso que tem acontecido, com frequência, no Golfo Pérsico, para escapar às sanções impostas ao Irão e à Coreia do Norte.

No último mês, estão a desaparecer navios mercantes chineses e a comunicação social internacional tem revelado que são as próprias autoridades de Beijing que deram instruções para fazer 'desaparecer' os navios, "por precaução". No entanto, o Ministério das Relações Exteriores da China recusa-se a emitir qualquer comentário.

Com a aproximação do Natal, aumentam as preocupações do comércio internacional. Em cada 10 navios de mercadorias, a circular pelo mundo, seis são chineses. Especialistas do sector receiam que as autoridades chinesas queiram esconder a quantidade de mercadorias postas a circular e que até a queira guardar, apenas para a movimentar no final do ano. O que significa risco de escassez, logo um aumento dos preços dos produtos. O que se reflecte também em mais problemas num já agitado comércio internacional.

MEMORIZE

- A legislação internacional obriga que os navios não desactivem os instrumentos de detecção. Mas é o que tem acontecido no último mês, porque não há uma fiscalização correcta.

gio Naval dos EUA, recorda que isso se tornou "um problema", que ganhou uma grande dimensão durante vários acidentes em 2017, que envolveram navios norte-americanos. Deslocavam-se com o AIS desligado e não foram detectados pelos outros navios.

Tapar o sinal AIS até é uma prática comum nos navios de guerra. Agora, passou a ser uma rotina nos navios comerciais, em especial, nos da China.

(In)formalizando



MUFETE NAS TASCAS EM LUANDA

Preços 'afugentam' clientes

Por Redacção

Os preços de uma das principais iguarias de Angola, o mufete, têm estado a 'afugentar' os clientes das tascas em Luanda. Consideram-nos altos, apesar de os vendedores afirmarem "que o valor até baixou, e justificam as queixas dos clientes com o "fraco poder de compra" que hoje se regista.

Na Chicala, por exemplo, o preço médio de um mufete (acompanhado de feijão, banana, batata e a típica salada de cebola picada) varia de entre 5 e 7 mil kwanzas, havendo outros pratos que chegam a custar 15 mil kwanzas.

Sete Alexandre, supervisor de uma taberna na Chicala, recorda

10

Mil kwanzas, valor de uma refeição em tascas em Luanda antes da pandemia, segundo comerciantes.

que há alguns anos, uma refeição era comercializada a entre 12 e 14 mil kwanzas "e quase que ninguém reclamava". "Uma dose de mufete de bacalhau, tamanho médio, que hoje está a 7 mil, antes da pandemia, chegava aos 10 mil kwanzas, esclarecendo que a decisão de baixar os preços se deveu à necessidade de manter o negócio face à tendência de redução dos clientes.

Nos tempos "áureos", lembra Sete Alexandre, chegava a comercializar numa segunda

e/ou terça-feira, dias de menos movimentos, cerca de vinte peixes. Hoje, no entanto, não passam, em média, de quatro a cinco peixes. O número de clientes também reduziu de 40, antes da covid-19, para 10 a 15 por dia. Como consequência, as receitas reduziram para cerca de 50%, passando de 600 mil para 300 mil kwanzas.

O mesmo cenário também se verifica no embarcadouro do Musulo e na Praia Amélia, no distrito da Samba. Nos dois casos, as vendedoras admitem aumentos significativos e apontam como principais causas a subida do pescado no mercado e a fraca procura por parte dos consumidores.

Helder Félix, dono de uma tasca na Praia Amélia, observa que este segmento de negócio é "bastante relativo", uma vez que "a falta de peixe torna a iguaria mais cara.

AGRICULTORES NO NAMBUANGONGO

Cooperativa prepara relançamento da produção de café

A cooperativa agrícola 'Milando Mihunga', composta por 22 membros, está a preparar, para este ano agrícola 2021/2022, mais de 200 hectares de terra para relançar e alargar a cultura de café no município do Nambuanguo, no Bengo.

Os associados trabalham no antigo cafeeiro, onde preparam a terra para a plantação de novas mudas e podando as plantas já existentes. Em declaração à Angop, o presidente da cooperativa, João Moniz, considerou que a aposta no relançamento da produção do café visa responder às solicitações dos agentes económicos interessados na aquisição e comercialização do grão.

Para João Moniz, a produção do café em Nambuanguo está a renascer, principalmente devido ao aumento do preço do produto no mercado nacional. A cooperativa está também empenhada, para além do cultivo do café, na plantação de banana, mandioca, laranja e limão, para diversificar as culturas e reforçar a dieta alimentar.

A cooperativa que está em fase de reorganização, e sem controlo estatístico, estima que, no ano passado, colheu entre 200 e 100 cachos de banana pão e de mesa/mês, contra 60 a 30 cachos/mês este ano, devido à praga que afectou as plantações de banana e as fracas chuvas registadas. O responsável lamenta, no entanto, a falta de transporte para o escoamento dos produtos que constituem a principal dificuldade da organização.



Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões



Proposta do OGE – 2022 vista à lupa – Parte I



Daniel Sapateiro*

A proposta da Lei Geral do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2022 deu entrada na Assembleia Nacional no passado dia 29 de Outubro de 2021 (sexta-feira), ao abrigo do desiderato constitucional do artigo da Lei Magna do país 104, e ainda pelas leis: 1- Lei n.º 15/10, de 14 de Julho – Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado e 2- Lei n.º 37/20, de 30 de Outubro – Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas.

O Orçamento Geral do Estado é o principal instrumento da política económica e financeira do Estado Angolano que, expresso em termos de valores, para um período de tempo definido de um ano, demonstra o plano de acções a realizar e determina as fontes de financiamento e ainda a definição das políticas económica, financeira e social do Executivo.

Em Angola, o Orçamento Geral do Estado é um imperativo constitucional, em conformidade com o Artigo 104.º (Orçamento Geral do Estado) e o mesmo diz:

1. O Orçamento Geral do Estado constitui o plano financeiro anual ou plurianual consolidado do Estado e deve reflectir os objectivos, as metas e as acções contidos nos instrumentos de planeamento nacional.

2. O Orçamento Geral do Estado é unitário, estima o nível de recei-

tas a obter e fixa os limites de despesas autorizadas, em cada ano fiscal, para todos os serviços, institutos públicos, fundos autónomos e segurança social, bem como para as autarquias locais e deve ser elaborado de modo a que todas as despesas nele previstas estejam financiadas.

3. A lei define as regras da elaboração, apresentação, adopção, execução, fiscalização e controlo do Orçamento Geral do Estado.

4. A execução do Orçamento Geral do Estado obedece ao princípio da transparência e da boa governação e é fiscalizada pela Assembleia Nacional e pelo Tribunal de Contas, em condições definidas por lei.

Tendo em conta e em conformidade com o número 2 do artigo 104.º da Constituição, todas as receitas estão consignadas à Receita Tributária ou por outras vias, como

de Receita de Capital, pelo que é inconstitucional inscrever despesas no OGE que não tenha fonte de financiamento garantida.

Ainda se deve mencionar a Lei Geral n.º 15/10, de 14 de Julho – Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado - que estabelece as normas gerais aplicáveis à preparação, elaboração, aprovação e execução orçamental, à programação financeira e ao registo contabilístico dos recursos públicos. Em conformidade com o n.º 3 do artigo 71º (Dívida pública), a dívida pública, interna e externa, de curto, médio e longo prazos, não deve exceder 60% do Produto Interno Bruto. Em 2020 a mesma foi de cerca de 128,7% do PIB e em 2021 está ainda acima de tal «tecto orçamental».

O rácio de endividamento, como se pode ver do gráfico, poderá fixar-se abaixo dos 90% do PIB. É um nível significativo! Para quem esteve

nos 128,7% do PIB em 2020. Parte do excedente orçamental gerado pela diferença entre o preço do petróleo fixado no OGE 2021 e o valor médio de venda do «ouro negro», deve ter também em conta a redução do rácio da Dívida Pública sobre o PIB como a redução do «stock» da Dívida e, alegadamente, é este exercício que o Executivo está a levar a cabo.

A Lei n.º 37/20, de 30 de Setembro – Lei Geral da Sustentabilidade das Finanças Públicas, que estabelece o regime de gestão das finanças públicas quer ao nível da política fiscal quer ao nível da dívida pública, orientando no seu artigo 5º (Nível de Endividamento), a redução continuada do rácio da dívida para 60% do PIB a longo prazo, e no artigo 6º (Nível de Déficit Fiscal Primário não Petrolífero), a condução da política fiscal para concretização de um défice primário

Os desafios das instituições financeiras será garantir a aplicação dos novos requisitos.

não petrolífero de no máximo de 5% do PIB até 2025.

Analisando a Proposta do OGE 2022 com a Lei do OGE votada na Assembleia Nacional e que dá origem ao actual OGE 2021: Lei n.º 42/20, de 31 de Dezembro, podemos ver no quadro seguinte:

RÚBRICAS OGE 2021 OGE 2022 VARIACÃO (KZ) %

Receita	
13 455 305 790 365	
18 745 288 200 030	
5 289 982 409 665	28%
Despesa	
13 455 305 790 365	
18 745 288 200 030	
5 289 982 409 665	28%

Como podemos verificar há um aumento de 28% ao nível da Receita e Despesa Pública prevista para o OGE 2022 face ao OGE 2021, sendo que o OGE tem como previsão o encaixe e gastos na ordem dos 18 biliões de kwanzas.

A Proposta de Lei do OGE versão 2022 prevê igualmente um saldo fiscal global de zero, assente num conjunto de pressupostos, que criam condições de crescimento económico, uma vez que o PIB vai crescer 2,4 por cento, com a maior contribuição a partir do sector não petrolífero, que terá um crescimento de 3,1 por cento.

Para o sector petrolífero, referiu, antevê-se um crescimento de 1,6 por cento, baseado numa previsão de produção de 1.147 milhões de barris por dia, ainda abaixo de quantidades de 2017 de 1.2 milhões de barris por dia, com um preço de referência de 59 dólares norte-americanos por barril (OGE 2021 estipula preço do crude para venda média a 39 USD, isto é, 20 USD).

O que podemos ver na tabela acima há um aumento de 48% das receitas correntes e a receita tributária em 40%. Na rubrica de financiamentos, há uma redução global de necessidades de captação de financiamentos, sendo que a há um «mix» de redução nos financiamentos internos e um aumento nos empréstimos externos. Desta forma «desafoga» os bancos de compra de Dívida Pública para gerar mais recursos para as necessidades de financiamento à economia real.

No próximo artigo de análise ao OGE 2022, iremos decompor rubricas com aumentos e reduções que merecem a atenção de todos.

Ainda nesta análise há a possibilidade de partilhar com os leitores as seguintes ideias-chave:

Tendo em conta a imprevisibilidade do papel dos produtores de petróleo, os consumidores do norte do planeta, a continuação da doença e vírus da covid-19, são factores a ter em conta, mas a análise mais profunda a esta Proposta de OGE – versão 2022, será feita na semana que vem.

1- O sector social prevê uma «fatia» de cerca de 36,9% da despesa fiscal primária, o que corresponde a 18,6% da despesa total, um aumento de 24,7% face ao ano de 2021;

2- A Proposta do OGE 2022 prevê um crescimento do PIB em 2,4 em 2022 e um crescimento de 0,2 em 2021;

3- As despesas com operações fiscais têm um peso de 62,08 por cento e as financeiras, onde se incluem as amortizações de capital da dívida, aparecem com um peso de 36,72 por cento;

4- Mantém-se a subvenção aos combustíveis pelo que se prevê a manutenção dos actuais preços dos combustíveis: gasóleo 135 Kz/litro e 160 Kz/litro no caso da gasolina;

5- Não se prevê a abertura de concursos públicos para ingresso de novos trabalhadores, excepto no caso da Educação e Saúde e na

substituição directa por morte e passagem à reforma dos trabalhadores na função pública;

No exercício económico de 2022 não são permitidas novas admissões que se consubstanciam no aumento da massa salarial da função pública, incluindo a celebração de Contrato de Trabalho por tempo determinado, ocorrer em casos devidamente justificados e aprovados pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, sob proposta do Ministério das Finanças e por solicitação dos sectores interessados;

6- Salvo informação em contrário não se pode verificar uma cabimentação orçamental para aumento da função pública (trabalhadores do Estado), como factor de mitigação das altas taxas de inflação dos últimos anos;

7- Durante o exercício económico de 2022 fica suspensa a aprovação de Estatutos Remuneratórios cujos índices difiram substancialmente da Função Pública, quando estes organismos não disponham de receitas próprias para cobrir parte das suas despesas, salvo autorização do Titular do Poder Executivo, sob proposta do Ministério das Finanças;

8- Durante o Exercício Económico de 2022 é vedado o processamento de horas extraordinárias, com excepção para o regime especial do sector da saúde;

9- O limite para a concessão de garantias pelo Estado é fixado em Kz 252.350.000.000,00 (Duzentos e Cinquenta e Dois mil milhões, Trezentos e Cinquenta milhões de Kwanzas).

O contexto de 2022 é mais uma vez imprevisível, contudo, sabemos que é um ano de eleições e tal evento social e político é um «catalisador» de aumento da actividade económica por parte do Estado que «arrasta» os outros agentes económicos: famílias, empresas financeiras e empresas não financeiras e o resto do mundo.

Tendo em conta a imprevisibilidade do papel dos produtores de petróleo, os consumidores do norte do planeta, a continuação da doença e vírus da covid-19, são factores a ter em conta, mas a análise mais profunda a esta Proposta de OGE – versão 2022, será feita na semana que vem.

**Professor de Finanças Públicas e Formador de Elaboração e Execução de OGE e Gestão da Dívida Pública*

Novo Código de Governo Societário do BNA



Irina Kiessiamo,
Senior Audit
EY, Assurance
Financial
Services

Considerando a evolução do sistema financeiro angolano verificado nos últimos anos e no âmbito da convergência para as melhores práticas internacionais, o Banco Nacional de Angola (BNA) emitiu, em Junho de 2021, o Aviso n.º 10/2021- “Código de Governo Societário das Instituições financeiras” (“Aviso”), à luz da publicação da Lei n.º 14/2021- “Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras”, de Maio de 2021.

Este Aviso foi emitido com o objectivo de regulamentar o governo societário e de controlo interno, fixando os padrões mínimos a serem observados pelas instituições financeiras bancárias na sua boa governação e na adaptação do seu sistema de controlo interno, tendo em conta a natureza, dimensão e a complexidade de cada uma.

Foram introduzidas no Aviso novas exigências ao nível da estrutura e responsabilidades do órgão de administração e do órgão de fiscalização e foram adicionadas e detalhadas as competências e as funções destes órgãos. Relativamente a estes pontos, destacamos: “O órgão de administração é responsável pela gestão das actividades da Instituição, devendo subordinar-se às deliberações dos accionistas ou às interven-

ções do órgão de fiscalização ou do comité de auditoria apenas nos casos em que a lei ou o estatuto da Instituição o determinarem”; “O órgão de fiscalização deve dispor de condições necessárias para desempenhar cabalmente as respectivas funções”.

No que respeita à revisão periódica do seu modelo de governação corporativa, as instituições financeiras devem definir e implementar um conjunto de novas políticas, das quais destacamos as seguintes: remuneração, controlo interno, compliance, formação, arquivo, transparência e divulgação de informação e a de participação de irregularidades.

Foram ainda introduzidos novos requisitos na função de auditoria interna. Uma das grandes alterações verificadas para esta função resulta na elaboração de um regulamento específico para a actividade de auditoria interna, aprovado pelo órgão de administração e pelo comité de auditoria, quando constituído. Este regulamento deve incluir o objectivo, o âmbito, os requisitos, os atributos e as proibições da actividade de auditoria interna, a política de remuneração aplicável aos colaboradores da equipa de auditoria interna e devem ser verificados no regulamento os procedimentos para a coordenação da actividade de auditoria. Os desafios das instituições financeiras será garantir a aplicação dos novos requisitos, com o objectivo de assegurar uma gestão eficaz dos seus riscos e do funcionamento da Instituição de acordo com as exigências do regulador. O cumprimento destas alterações deverá estar no topo das preocupações das instituições financeiras.



Opiniões

FOCAC é a plataforma do desenvolvimento e revitalização comum



Gong Tao,
Embaixador
Chinês

A

29 de Novembro, a 8.ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África

(FOCAC) foi solenemente inaugurada em Dakar, no Senegal. O presidente Macky Sall do Senegal, co-presidente africano do FOCAC, compareceu e presidiu à cerimónia de abertura. O presidente Chinês, Xi Jinping, e outros líderes africanos participaram da conferência por vídeo. Estiveram presentes ministros dos Negócios Estrangeiros de 53 países africanos, inclusive S.E. Conselheiro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros da China Wang Yi e S.E. ministro do Ministério das Relações Exteriores de Angola, Tete António, bem como representantes de algumas organizações internacionais e regionais.

O discurso do presidente Xi "Juntos no mesmo barco, levar o passado para a frente e construir a comunidade China-África com um futuro compartilhado na nova era", proferido por vídeo, foi o destaque da conferência e atraiu a atenção do povo China-África e da comunidade internacional. No seu discurso, presidente Xi revisou as conquistas históricas das relações diplomáticas China-África, resumindo e refinando o espírito de cooperação amigável China-África caracterizado por amizade sincera, tratamento com igualdade, benefício mútuo, desenvolvimento comum, equidade e justiça, adaptação aos



tempos, abertura e inclusão.

O presidente Xi avaliou positivamente os sucessos da cooperação China-África desde a Cimeira do FOCAC em Beijing de 2018, e apresentou quatro propostas com o fim de construir uma comunidade China-África de futuro compartilhado ainda mais próxima, que inclui a solidariedade para lutar contra a covid-19, o aprofundamento da cooperação pragmática, a promoção do desenvolvimento verde, e a defesa da equidade e a justiça.

Durante a execução do plano trienal, a China trabalhará em estreita colaboração com os países africanos para implementar em conjunto os "9 programas": médico e saúde, redução da pobreza e desenvolvimento agrícola, promoção comercial, promoção de investimentos, inovação digital, desenvolvimento verde, capacitação, intercâmbios culturais e interpessoais, paz e segurança.

Este ano marca o 65.º aniversário do início das relações diplomáticas China-África. Ao longo dos 65 anos, ambas as partes construíram uma irmandade inabalável na

nossa luta contra o imperialismo e o colonialismo, temos seguido um caminho de cooperação com características próprias na nossa marcha para o desenvolvimento e a revitalização, e escrevemos um esplêndido capítulo de solidariedade em mudanças complexas, estabelecendo assim um exemplo brilhante para a construção do novo tipo de relações internacionais.

Este ano coincide com o 50.º aniversário da restauração do legítimo lugar da República Popular da China na ONU. China nunca esquecerá os profundos sentimentos de amizade dos países africanos, e continuará a aderir aos princípios de "sinceridade, efectividade, afinidade e boa-fé" e a concepção correcta de justiça e interesses. China irá trabalhar em conjunto com amigos africanos para brilhar o espírito de amizade e cooperação China-África de geração em geração.

A China trabalhará em estreita colaboração com África para implementar em conjunto os '9 programas'. Quero realçar que no programa médico e de saúde,

O FOCAC entrou na nova era. Acreditamos firmemente que, com os esforços conjuntos da China-África, esta Conferência do FOCAC será um sucesso total

China oferecerá um adicional de mil milhões de doses de vacinas a África, entre as quais 600 milhões de doses são doações e 400 milhões a ser fornecido através de co-produção entre empresas chinesas e países africanos relevantes. China empreenderá 10 projectos de saúde e assistência médica a África e enviará 1500 médicos e especialistas em saúde pública para a África. China empreenderá 10 projectos de assistência agrícola e de redução da pobreza, enviará 500 especialistas

agrícolas para a África. China vai abrir "corredores verdes" para a exportação de produtos agrícolas africanos para a China, acelerar os procedimentos de inspecção e quarentena e expandir ainda mais a cobertura de produtos com tratamento de tarifa zero de países africanos menos desenvolvidos que têm relações diplomáticas com a China. Tudo faremos para atingir um total de 300 mil milhões USD em importações da África nos próximos três anos. China oferecerá uma cota de financiamento comercial de 10 mil milhões USD para apoiar as exportações africanas. China encorajará suas empresas a investirem nada menos que 10 mil milhões USD na África nos próximos 3 anos, instalando uma plataforma de promoção de investimento privado China-África. China empreenderá 10 projectos de assistência à industrialização e promoção de empregos na África, fornecerá uma linha de crédito de 10 mil milhões USD para instituições financeiras africanas para apoiar principalmente as PME africanas e estabelecerá um centro transfronteiriço de RMB China-África. China está disposta a canalizar para os países africanos 10 mil milhões USD de sua participação na nova atribuição de Direitos Especiais de Saque do FMI.

Durante o evento, os ministros das Relações Exteriores China-Angola mantiveram conversas cordiais a nível bilateral. A China atribui elevada importância às relações bilaterais e apoia Angola no desempenho do papel mais importante nos assuntos internacionais e regionais. Os dois países terão maior união e cooperação na cena internacional, na salvaguarda dos direitos legítimos e interesses mútuos, o qual não apenas manifesta a tradicional amizade, como também um elevado grau de confiança política mútua entre as duas partes. A China deseja aprofundar a cooperação mutuamente benéfica e ajudar Angola a alcançar um desenvolvimento mais rápido.

O FOCAC entrou na nova era. Acreditamos firmemente que, com os esforços conjuntos da China-África, esta Conferência do FOCAC será um sucesso total, e reunirá a força poderosa de 2,7 mil milhões de chineses e africanos para construir a comunidade China-África de futuro compartilhado a um nível ainda mais alto, trazendo mais bem-estar aos povos China-África e China-Angola.

A educação merece mais do que um aumento no OGE, merece um investimento estratégico e com mecanismos de controlo de eficiência...

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Numa semana em que a actualidade foi marcada pela aprovação da lei eleitoral que havia sido rejeitada, mas que parece que era só ‘jajão’ e era mesmo para aprovar, continuámos a assistir ao jogo de xadrez que, resta saber, se não é de “nível kilobyte que não vale a pena ser dirigente” como diz o bispo de Cabinda, que não só também marcou a actualidade da semana que passou, mas incendiou as redes sociais com as suas reflexões acerca das “cabeças de pobre a que devemos a nossa desgraça”.

Belmiro Chissengueti, que, além de bispo de Cabinda é porta-voz da Ceast disse que “cabeça de pobre é aquela que, para visitar um sítio, não importa, qual os membros do Executivo têm de ir ao aeroporto gastar tempo, gastar combustível, entrar e sair”. E esta já foi uma das muitas perguntas deste espaço mesmo no tempo ‘da outra senhora’. Porque é que sempre que o chefe se desloca tem de haver ministros no aeroporto para o saudar, fazendo isso mesmo que diz o bispo, perdendo tempo, gastando dinheiro, mobilizando recursos, e mais, a atrapalharem completamente o trânsito da cidade com os seus batedores e sirenes, tudo só para irem curvar o dorso ao Presidente que está a sair ou a chegar.

Mas o bispo, que estava inspirado, disse mais: – “as nossas delegações são as que mais gastam nas grandes conferências internacionais. Fingem que são ricos. Os outros usam avião comercial, mas os nossos dirigentes gastam milhões em viagens com aviões de luxo.” E, a propósito de gastos com viagens, a última edição do Valor Económico revelava que o Orça-

mento Geral do Estado para 2022 já prevê um aumento de gastos com viagens da ordem dos 35%.

Os gastos previstos com viagens, e ênfase aqui no previsto porque muitas das viagens feitas pelo Executivo até agora receberam aprovação de despesas extra, mas até na previsão o Governo já está a antever aumentar o gasto que já era de mais de 78 milhões de dólares para perto de 120 milhões de dólares – o valor mais alto dos últimos cinco anos, o que nos diz que o nosso ‘presidente voador’ tem toda a intenção de cada vez voar mais. O que talvez se perceba, o ambiente em Angola anda meio stressante com tanta gente a queixar-se tão constantemente que imaginamos, só dá vontade de apanhar o avião, particularmente quando se tem um avião de luxo privado à disposição.

E dizia a ministra das Finanças que não há dinheiro para luxos e que o OGE de 2022 introduzia “o realismo e o pragma-

tismo pois temos de viver dentro das nossas possibilidades para evitar onerar ainda mais o contribuinte”... Coitada. Muito trabalho tem ela pela frente para fazer valer essa mensagem. Entretanto é visível da sua parte um esforço de ressaltar prioridades: foi ela a anunciar que, pela primeira vez, temos a despesa com a Educação a ser superior à despesa com a Defesa e superior a um bilião de kwanzas dos quase 19 biliões de kwanzas do OGE previsto para 2022. E não podemos repeti-lo vezes suficientes – o investimento na Educação é absoluta e inequivocamente prioritário ao contrário de muitas das gorduras que têm o nosso Estado obeso para cortar.

Em 2019 antes de a covid baralhar as contas de uns e passar a servir de desculpa para o falhanço de outros, o Lesoto, por exemplo, gastava 7.8% do seu PIB com Educação. Moçambique gas-

tava 6.2% do seu PIB na Educação dos moçambicanos, enquanto a vizinha Namíbia gastava 9.5%. Querido leitor, no mesmo ano, em 2019, Angola gastava 1.8% do seu produto interno bruto com a Educação 1.8% – é a expressão do quão prioritária é a Educação para o Governo. Angola figura no grupo dos 5 países que menos gastam com Educação da África subsariana que tem uma

Os professores e os educadores têm um papel instrumental que continua a não ser reconhecido ou recompensado e essa displicência com o sector tem custos muito elevados, indissociáveis de estragos no tecido social e económico do país. A educação tem de sair das listas negras do investimento da África subsaariana no sector e tem de deixar de ser o temor dos pais angolanos, das famílias, que têm de se esforçar por pagar vagas ou por pagar propinas caríssimas, sempre sentido que o ensino dos filhos fica aquém do desejável.

média de investimento de 3.5% do PIB no sector.

Recentemente correu uma estatística indicando que 70% das aulas no Cunene são ministradas debaixo de árvores. Uma manchete do Jornal de Angola há dois anos estimava em centenas o número de crianças a estudarem debaixo de árvores em províncias como o Bié, e, mesmo na capital, se não debaixo de árvores (que são mais escassas) certamente em barracas sem condições há milhares de crianças a tentar estudar. No Bengo, na semana que passou e para assinalar o Dia Nacional do Educador, os professores saíram às ruas para comemorar, mas queixaram-se de que falta de tudo um pouco, apagadores, giz e de que os professores passam por muitas dificuldades. Tudo resultado não só de um fraco investimento na Educação como de desvios do pouco que se investe, que não é fiscalizado e que é empregado de forma esporádica e nada estruturada diluindo-se com o tempo. Ainda na semana que passou, correu online um texto intitulado “recado de um jovem professor para as ministras das Finanças e de Educação” que pedia que quando tivessem em conta o subsídio de isolamento e risco dos professores que tivessem em conta os riscos das longas viagens que fazem para dar aulas expostos a cobras gigantes como a que tinha atrás de si o jovem na foto.

Os professores e os educadores têm um papel instrumental que continua a não ser reconhecido ou recompensado e essa displicência com o sector tem custos muito elevados, indissociáveis de estragos no tecido social e económico do país. A educação tem de sair das listas negras do investimento da África subsaariana no sector e tem de deixar de ser o temor dos pais angolanos, das famílias, que têm de se esforçar por pagar vagas ou por pagar propinas caríssimas, sempre sentido que o ensino dos filhos fica aquém do desejável. A educação merece mais do que um aumento no OGE, merece um investimento estratégico e com mecanismos de controlo de eficiência, porque o que se tem feito até aqui claramente não chega e só faz proliferar as tais cabeças de pobre 140 kilobytes e a milhas dos gigas e terabytes de que precisamos para sair do subdesenvolvimento.

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BAWCO BIC SA
AGENCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE: BOCBAOLU

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
1. Em Telefone: Mirretes Tronessa A. e. e. E. junto ao largo do Zap TV
2. Rua Marlon Nguzi n.º 1 (distrito urbano da Misunguza)
3. Parque de Nossa Senhora de Fátima (São Domingos)

No Lubango
1. Parque de Nossa Senhora das Dores (Misaki)

IBAN: AO06 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA: 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, AV. 21 DE JANEIRO,
BAIRRO ROCHA PINTO, ANGOLA

Contacto telefónico: +244 933 098 903 / +244 998 632 631

Economia 100 Makas

“Angola a avançar”... no desemprego

Além de ser uma tragédia para os próprios desempregados (ainda por cima num país sem subsídio de desemprego), o desemprego é uma tragédia para a economia. Desempregado não ganha, consome pouco, pouco contribui para a economia.



Carlos Rosado de Carvalho,
jornalista e professor de Economia

Uma verdadeira tragédia. No mínimo é o que podemos dizer do desemprego em Angola.

De acordo com

Inquérito ao Emprego em Angola referente ao terceiro trimestre de 2021 divulgado na semana passada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego fixou-se nos 34,1% da população economicamente activa, isto é, da população com mais de 15 anos disponível para trabalhar, o nível mais alto desde que há registos. São cerca de quatro vezes mais do que o mínimo de 9,4% registado em 2010.

Se compararmos com o trimestre anterior, o segundo de 2021, a taxa de desemprego aumentou 2,5 pontos percentuais (pp), o maior aumento trimestral desde que há registos. Em termos anuais comparando com o terceiro trimestre de 2020, o aumento foi de apenas 0,1 pp.

O desemprego afecta mais as mulheres do que os homens: 36,3% das mulheres com mais de 35 anos disponíveis para trabalhar estão desempregadas, uma taxa 4,5 pp superior à de 31,8% entre os homens.

Por área de residência, os mais fustigados são os cidadãos com uma taxa de desemprego de 43,4% mais do dobro do que os 21,2% registados no campo.

Por idades, a tragédia atinge especialmente os jovens entre os 15 e os 24 anos, faixa etária que apresenta uma taxa de desemprego de

59,2%. Sim! Quase seis jovens em cada 10 entre os 15 e os 24 anos não têm emprego.

Por trás das percentagens estão pessoas.

No terceiro trimestre de 2021, o número de desempregados voltou a furar a barreira dos cinco milhões fixando-se em 5 517 016 indivíduos, um aumento de 556 854 em cadeia, face ao trimestre anterior, e de 308 371 em termos homólogos, comparando com o mesmo trimestre de 2020.

Provavelmente a tragédia do desemprego ainda é maior.

De acordo com as regras internacionais adoptadas pelo INE, para um indivíduo ser considerado empregado basta que, na última semana do inquérito, tenha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Ou seja, muitos desempregados de facto são empregados estatisticamente.

Já para ser considerado desempregado, é necessário que tenha procurado activamente um trabalho remunerado ou não nas três semanas anteriores. Isto faz com que muitos angolanos em idade activa, isto

é, com mais de 15 anos, sejam considerados pelo INE como inactivos, isto é, não disponíveis para trabalhar. Ou seja, não são empregados nem desempregados e por isso não contam para as estatísticas.

Se os desempregados são cada vez mais, a qualidade do emprego não pára de descer.

Segundo o INE, no terceiro tri-

**Calculo
que, para baixar
o desemprego,
precisamos
de crescer a taxas
acima de 4%.**

mestre de 2021, havia 10 648 511 empregos em Angola, dos quais 8 639 165 informais. Sim! Em cada 100 empregos, 81 são informais, isto é, sem direitos.

O INE considera informal a pessoa com 15 ou mais anos de idade empregada no sector privado, em cooperativas, associações, igrejas, organizações não governamentais (ONG), ou por conta própria, numa das seguintes situações: (1) Trabalha

sem um contrato escrito; (2) Trabalha em qualquer unidade de produção de bens ou serviços, não registada junto dos órgãos públicos; (3) Não beneficia de qualquer apoio social (férias anuais pagas, seguro de saúde, (4) Não está inscrito na segurança social. Em duas palavras os informais são trabalhadores sem direitos e não param de subir.

Comparando com o segundo trimestre de 2021, os empregos informais aumentaram em 95 546. Já em termos anuais o aumento foi de 592 947.

Os empregos formais, com direitos, fizeram o caminho inverso e são cada vez menos. No terceiro trimestre de 2021 não ultrapassavam os dois milhões, precisamente 2 009 346, menos 162 269 do que no segundo trimestre e menos 57 335 do que um ano antes.

No início do texto, classifiquei o desemprego como uma verdadeira tragédia. Em rigor, devia ter escrito dupla tragédia.

Em primeiro lugar, o desemprego é uma tragédia para os desempregados que, antes de mais, são pessoas. Em Angola, a tragédia é maior devido à inexistência de uma rede pública de protecção social digna desse nome. Por exemplo, em caso de despedi-

mento, os trabalhadores angolanos ficam entregues a si próprios, pois não há subsídio de desemprego.

Além de ser uma tragédia para os próprios desempregados, o desemprego é uma tragédia para a economia. Desempregado não ganha, consome pouco, pouco contribui para a economia.

A dupla tragédia deixou o Governo com um duplo problema para o qual criou um plano e um programa. O Plano de Acção para a Promoção do Emprego (Pape) e o Programa de Reconversão da Economia Informal (Prei).

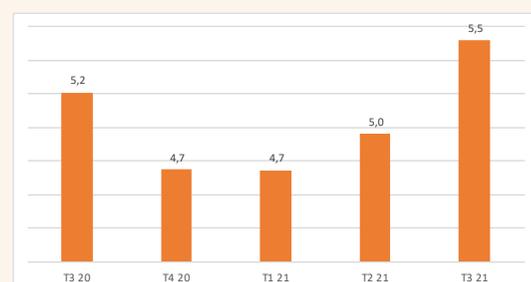
Se bem entendi, o Pape aposta fundamentalmente no auto-emprego através da distribuição de ‘kits’ para várias profissões, prática antiga do Governo adoptada, sobretudo, em períodos eleitorais. Ou seja, o Governo troca ‘kits’ por votos.

Mais do que combater a informalidade com o Prei, o Governo pretende captar novos contribuintes: Facilita-lhes o bilhete de identidade e, em troca, cobra-lhes impostos.

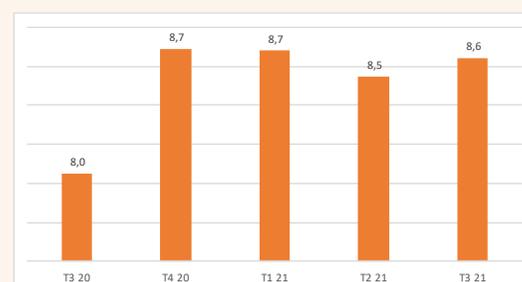
O duplo combate – desemprego e informalidade – só precisa de uma coisa: crescimento económico, que é coisa que não temos, vai para seis anos. Nem devemos ter nos próximos tempos. Calculo que, para baixar o desemprego, precisamos de crescer a taxas acima de 4%, o que o FMI não prevê que aconteça até 2026

Para a economia crescer, precisamos de investimento. Para termos investimento, precisamos de um bom ambiente de negócios. Os passos tímidos do passado nesta matéria poderão ser rapidamente revertidos por um Governo cujo único objectivo parece ser manter-se no poder a qualquer preço, a começar por uma gigantesca máquina de propaganda que está a construir uma realidade virtual, incluindo económica.

Mais desemprego...
População desempregada, milhões



... Pior emprego
Emprego informal, milhões





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 286 Likes 131 Partilhas 29

Na última semana as publicações do Valor Económico alcançaram perto de 100 mil internautas e registaram mais de 30 mil interações entre partilhas, reacções e comentários sendo que a mais comentada foi a divisão do plenário do tribunal supremo sobre o 'caso 500 milhões'.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Grahas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Victorino Catumbela Sá Sá

É duro, com. Tantos criminosos, na era JLO, basta ficarmos atentos aos choros do homem que já chorou quando lhe gamaram o Satélite, agora chorou por ver crianças a estudarem em escombros! vamos nos preocupar com um miúdo que saiu o pai, nem fala?



Alexandre Da Cruz Da Cruz

O dia que o MPLA cair eu só quero ver os juizes como vão ficar



Jose Nsunda

Alexandre Da Cruz Da Cruz com certeza irmão porque eu não sei o que eles aprenderam na academia



Horacio Junior

Alexandre Da Cruz Da Cruz

Só vê MPLA em tudo. Então, o Zenu Dos Santos é da Unita? É normal que as decisões em tribunal não reúnam consenso. As sentenças em juízo não são decididas por unanimidade, há sempre votos vencidos. É a democracia a funcionar. Os juizes tomam as decisões em total liberdade. Mas pelo seu comentário, você não pensa Angola, é sempre o MPLA. Se o MPLA é muito forte e poderoso, o cidadão no dia do voto prefere o forte, do que aqueles que levam a vida a vitimizá-lo.



José Antonio Cebola

Alexandre Da Cruz Da Cruz vão emigrar pai. Têm kumbu. E muitos deles estarão jubilados. E com direito a guardas.



Vangussi Divino

Quando uma governação, domina os tribunais, órgãos de comunicação social e forças armadas. É uma ditadura, não há liberdade. Não há não



Guineense Habbafox

Muitos dos juizes dos tribunais têm cartões partidários... é triste, mas é a realidade aqui na banda!



Alberto Camuenhi Camuenhi

O caso Edeltrudes quando é que será julgado? Do Rui Galhardo instrumentalizado pelo regime tem sido anunciado com muita relevância só para descredibilizar a UNITA e o ACJ. Mas do Edeltrudes anda engavetado isso chama-se injustiça social e, infelizmente os juizes e procuradores angolanos em defesa do pão as suas consciências estão cada vez mais deteriorados.



Jose Alberto Marques Ferreira

Um dia em Angola terá de haver uma comissão da verdade e reconciliação nacional, onde terá de se exigir que alguns algozes do poder façam confissões públicas.



Morais Kapamba

Têm problemas internos, ali há juizes que pedem favores a outros, até dentro desta classe não impera o princípio da igualdade uns têm influência outros não!!!



Djonimal Páster Lengalenga

Impossível haver separação de poder num sistema viciado para manutenção de poder.



Man-Seves Ilinga da Costa

Em Angola, mais vale ser julgado pelos sobas, do que num tribunal.



Eugenia Alexandrina

Quixingue Anderson talvez pela forma que este combate está a ser feito. Onde uns parecem ser filhos e outros enteados. Se se trata de fazer justiça que seja para todos na mesma proporção. Alguns foram identificados e nem se fala no assunto Não sou a favor da dita corrupção também não sou a favor de que havendo mais gente o tratamento ser de forma desigual.



Clington Kudongonza

Em democracia é mesmo assim nem todos pensam da mesma forma



Eugenia Alexandrina

Clington Kudongonza então que seja assim sempre não só quando convém No lidar com as diferenças no concernente aos partidos políticos não é o que temos vindo a assistir

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7

Covid-19



DEVIDO À NOVA VARIANTE DO CORONAVÍRUS

Ramaphosa condena 'isolamento'

O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, condenou a decisão de diversos países de cortar as ligações aéreas com o seu país e vizinhos por causa da nova variante do coronavírus, Omicron. Manifestou-se “profundamente desapontado”, apelando para que as proibições sejam suspensas com urgência.

No discurso de domingo, Ramaphosa defendeu não existir base científica para as proibições de viagens e que a África Austral foi vítima de discriminação injusta.

“A única coisa que a proibição de viagens fará é prejudicar ainda mais as economias dos países afectados

e minar a capacidade de responder e se recuperar da pandemia”, defendeu. Ramaphosa exortou os países a “reverterem urgentemente as decisões” antes de possíveis danos às economias.

O presidente sul-africano, no entanto, conta com o apoio do secretário-geral das Nações Unidas. António Guterres manifestou-se “muito preocupado” com o isolamento da África Austral após a descoberta da variante Ómicron na região.

“O povo africano não pode ser responsabilizado pelo nível imoralmente baixo das vacinas disponíveis em África, e não deve ser penalizado por

ter identificado e partilhado as informações científicas e sanitárias essenciais com o mundo”, disse Guterres, citado num comunicado pela agência France Press.

Classificada como uma “variante de preocupação”, a Omicron é apontada como a responsável pela maioria das infecções encontradas na província mais populosa da África do Sul, Gauteng, nas últimas duas semanas. A descoberta desta nova variante, identificada como B.1.1.529, foi anunciada na quinta-feira passada por cientistas e autoridades sanitárias sul-africanas, com base em amostras recolhidas entre 14 e 16 de Novembro.

VACINAS PARA ÁFRICA

China promete mil milhões de doses

O presidente chinês, Xi Jinping, prometeu, na segunda-feira, a entrega de mil milhões de doses de vacinas anti-covid-19 a África como doação e através de apoios à produção local.

“No âmbito da luta contra a covid-19, a China fornecerá a África mais mil milhões de doses de vacinas, incluindo 600 milhões sob a forma de doações e 400 milhões sob outras formas, como a criação de unidades de produção de vacinas”, avançou num discurso transmitido no Fórum de Cooperação China-África (Focac) a decorrer nos arredores da capital senegalesa, acrescentando ser necessário “dar prioridade à protecção da população e colmatar a lacuna de vacinação”.



NA GRÉCIA

Vacina para maiores de 60 anos obrigatória

As autoridades sanitárias da Grécia anunciaram, nesta terça-feira (30), que a vacina contra covid-19 passa a ser obrigatória para pessoas com 60 ou mais anos.

As autoridades alertaram multa de 100 euros a cada indivíduo de mais de 60 anos que não estiver vacinado. A medida está a ser considerada drástica para o país, que agora enfrenta uma nova vaga de contágios.

O primeiro-ministro grego, daquele país, Kyriakos Mitsotakis, disse que foi difícil tomar

a decisão, mas é necessária para proteger os mais de meio milhão de compatriotas idosos que não se imunizaram. “É o preço a pagar-se pela saúde”, considera.

Quase 63% da população, que corresponde a aproximadamente 11 milhões de gregos, está totalmente vacinada. Embora os agendamentos para a vacinação tenham aumentado nas últimas semanas. Naquele país, dados do Ministério da Saúde mostram que há 520 mil pessoas de mais de 60 anos ainda não vacinadas.

TESTES REALIZADOS a pacientes infectados com a nova variante da covid-19 provam que ómicron já estava na Europa, mais concretamente na Holanda antes de na África do Sul.



CONTRA PANDEMIAS

OMS apela para movimento “nunca mais”

O director-geral da OMS defende a necessidade de as nações estabelecerem um acordo sobre pandemias para que as gerações futuras estejam mais bem preparadas para combatê-las, cerca de dois anos depois do surgimento da covid-19.

“Tudo isso vai acontecer de novo a menos que vocês, nações do mundo, se unam para dizer com uma só voz: nunca mais!”, declarou o director-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, no início da reu-

nião excepcional da Assembleia Mundial da Saúde, órgão de decisão supremo da OMS, que reúne 194 membros.

No domingo, os membros da OMS decidiram iniciar negociações para criar um instrumento internacional que previna e combata melhor as pandemias. Nesta reunião, que vai durar três dias, os membros da OMS devem confirmar oficialmente esse projecto de acordo.

“Chegou a hora de superar esta pandemia e deixar uma

herança para as gerações que sucederão. A emergência da Omicron lembra-nos de que a covid-19 não acabou e mostra por que o mundo precisa de um novo acordo”, destacou Tedros. O projeto, de acordo com os membros da OMS, prevê a criação de “um órgão intergovernamental” para redigir e negociar “uma convenção, um acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre a prevenção, o preparo e a resposta a pandemias”.

NOVAS RESTRIÇÕES

TAAG com voos humanitários

Angola consta entre os países que suspenderam ligações, numa lista onde surgem ainda o Reino Unido, a UE e os EUA. E a Taag vai realizar, esta semana, voos para o regresso de passageiros que estão na África do Sul, Moçambique e Namíbia na sequência da suspensão dos voos de carreiras devido à decisão do Governo de encerrar as fronteiras com sete países africanos – África do Sul, Botsuana, Essuatíni, Maláui, Moçambique, Namíbia e Zimbábue – a partir de 1 de Dezembro. Os cidadãos nacionais terão de observar uma quarentena domiciliar de 14 dias, segundo o último decreto presidencial que actualiza as medidas de prevenção e combate à covid-19.



SEM LIMITAÇÕES

Japão fecha fronteiras

O Japão anunciou nesta segunda-feira que vai fechar as fronteiras a todos os visitantes estrangeiros, três semanas após ter flexibilizado algumas restrições para permitir a entrada de viajantes de negócios e estudantes.

“Proibiremos todas as (novas) entradas de estrangeiros de todo o mundo a partir de 30 de Novembro”, disse o primeiro-

-ministro nipónico, Fumio Kishida. A decisão tem como fundamento a nova variante da covid-19. Os japoneses que regressarem de alguns países da África Austral e de países onde foram relatadas infecções com a nova variante terão de ser submetidos a “medidas rigorosas de isolamento de acordo com os riscos”, disse Kishida. Os destinos africanos na ‘lista vermelha’

japonesa são Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Zimbábue, bem como Maláui, Moçambique e Zâmbia.

O Japão, que tem tido restrições fronteiriças desde o início da pandemia, facilitou as medidas para viajantes de negócios, estudantes e estagiários estrangeiros no início de Novembro, mas continua fechado aos turistas.

Marcas & Estilos



Gostos de cidra

Aqui está aquele aroma picante e crocante, que todo o mundo adora! Feche os olhos, imagine-se no meio de um pomar de maçãs, com rosquinhas de cidra frescas assando no celeiro. Fica com água na boca pela cidra de maçã quente enquanto o vento sopra e gela o seu pescoço.



Luxos resistentes

Esses braceletes de resina premium da Apple são o acessório perfeito para qualquer roupa ou ocasião. Possui um fecho de metal resistente que é fácil de travar e abrir para remoção rápida.



AUTOMÓVEL

O que dizer mais...?

Originalmente, o BMW M3 foi pensado para ser a versão de estrada do veículo de pista. No entanto, o interesse foi tão evidente que mais de 5.000 veículos necessários para a aprovação do grupo A foram vendidos. A dinâmica extrema é imediatamente perceptível no exterior; desde os pára-choques amplos e as abas traseiras icónicas ao renovado pilar C. O interior também inclui tudo o que foi provado na pista de corridas: discos de travão ventilados internamente, transmissão desportiva com a primeira velocidade esquerda inferior e o motor a gasolina de 2.3 litros e 4 cilindros com 200 cavalos.

AGENDA

LUANDA

2 DE DEZEMBRO

Espectáculo de teatro falado em poesia no CCBA, às 18h00. É o quinto e último espectáculo da turné do team 'Spoken Mais'. Bilhetes custam 5.000 kwanzas à porta do evento.

DE 1 A 4 DE DEZEMBRO

Primeira edição da Feira Nacional de Publicidade e Marketing, na Baía de Luanda, das 10h00 às 18h00, com operadores do sector, comerciantes e gestores de negócios, académicos, entre outros.

DE 25 DE NOVEMBRO A 31 DE DEZEMBRO

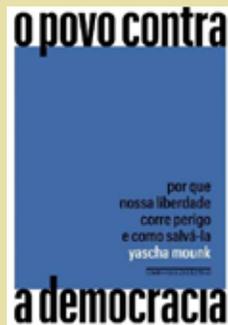
Laboratório de Crítica e Curadoria e a Galeria Movart apresentam a exposição colectiva 'Como se o mundo não tivesse demarcação', a ser inaugurada pelas 18h00, na Galeria Movart, na Marginal de Luanda.

LIVROS

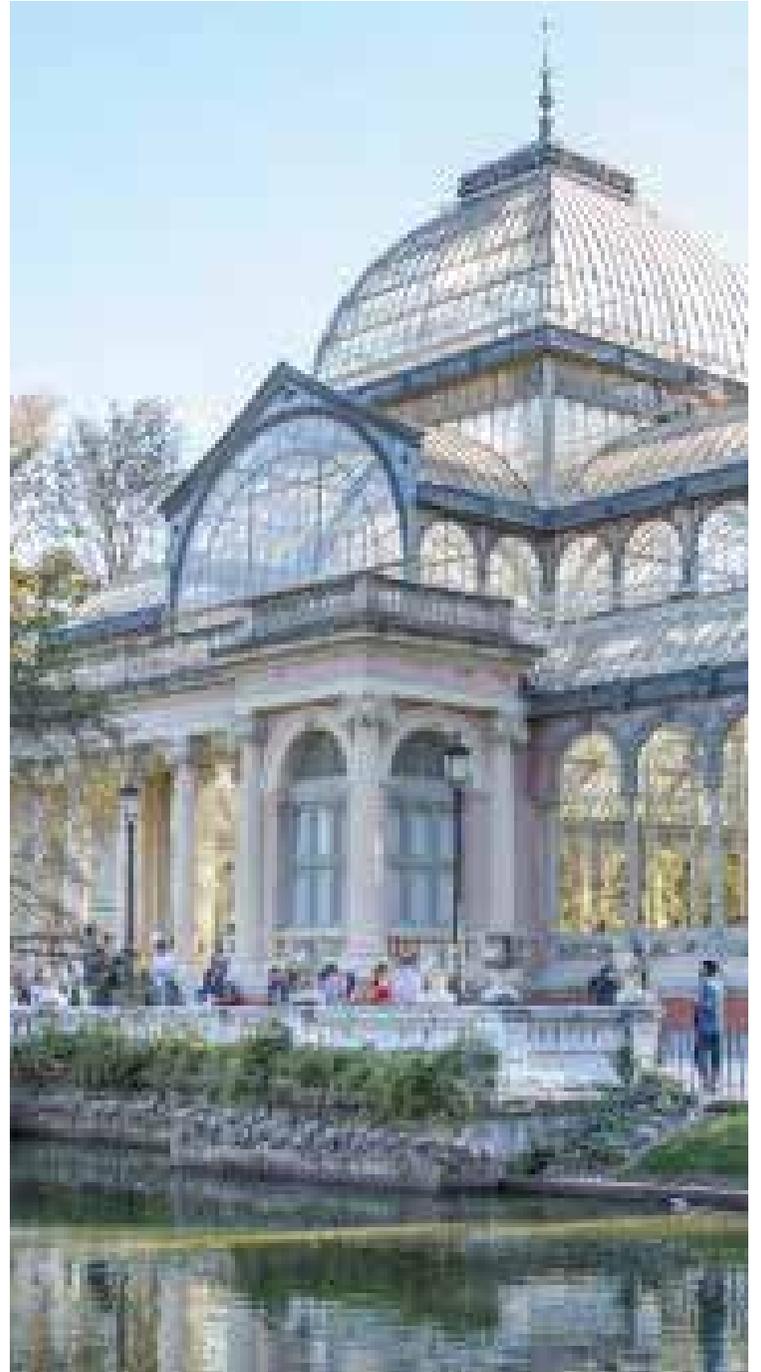


NESTE LIVRO CONTUNDENTE

e necessário, Yascha Mounk une análise política e sólida pesquisa e nos dá directrizes para o futuro. O mundo está em crise. Da Rússia, Turquia e Egipto aos Estados Unidos, populistas autoritários tomaram o poder.



NESSA CONJUNTO de textos, Lênin demonstra que é impossível dissociar a classe que está no poder do tipo de poder que ela exerce. Lembra que a luta de classes deve conduzir, necessariamente, à ditadura do proletariado.



TURISMO

Uma atracção à parte

Madrid é o coração da Espanha. Centro intelectual e político de um vasto império, pilar da fé católica e foco das artes sob monarcas das mais diferentes tendências. O cenário gastronómico vibrante, com o que há de melhor na cozinha ibérica, tapas, paellas, doces e presuntos, é uma atracção à parte. Come-se bem, bebe-se ainda melhor. O vinho aqui é tratado com respeito, com adegas bem abastecidas de rótulos nacionais, como os Cava, Rioja e Jerez, e dos vizinhos italianos, portugueses e franceses, com preços atraentes. Espectáculos e exposições são algumas das atracções da agitada vida cultural madrilenha. Há sempre alguma boa mostra em cartaz outras opções de lazer. Eventos desportivos como os jogos locais do Atlético e Real Madrid são óptimos para quem viaja em família ou com amigos. Madrid possui uma vasta variedade de bons hotéis, albergues e quartos, como Tryp, Meliá e NH, que ombreiam com o Mercure, Best Western, Holiday Inn e Novotel. Fora do Centro, nas imediações do Paseo de la Castellana, estão muitos estabelecimentos que servem os viajantes de negócios.

ÁFRICA AUSTRAL

Angola entre os países que mais ardem

AQUECIMENTO. Fogo ameaça biodiversidade e tem impacto nas alterações climáticas. Angola, Zâmbia e Moçambique estão entre os países com mais incêndios na África Austral.

Investigadores da Universidade Nova de Lisboa concluíram que Angola é, além de Moçambique e da Zâmbia, dos países com mais incêndios na África Austral e, apesar dos benefícios do fogo, o aumento da intensidade e da frequência tem consequências para a biodiversidade e as alterações climáticas.

O facto de os três países serem da região com mais actividade de fogos tem a ver com a localização destes países no globo, explicou à Lusa o investigador do Instituto

Superior de Agronomia (ISA) daquela universidade.

“Ocupam uma faixa de latitude no hemisfério sul de África onde estão reunidas condições de meteorologia e de vegetação e de actividade humana propícias a um crescimento rápido da vegetação”, esclareceu, acrescentando que, naquela zona, a vegetação cresce muito na época das chuvas, acumulando combustível, e depois “arde extensivamente na parte seca do ano”.

“É uma coisa muito característica das savanas tropicais, os tipos de ecossistemas que mais ardem no mundo”, afirmou.

Segundo o pesquisador, que se apoia num estudo que realizou há uns anos, o fogo no continente tem um ciclo semanal e aos dias de descanso “há muito menos fogos do que noutros dias da semana”, o que prova que resulta da actividade humana.

“Acaba por ser uma ferramenta de trabalho. É uma forma de as pessoas conseguirem limpar os terrenos agrícolas e (...) tornarem os solos mais férteis”, acrescenta a investigadora Sílvia Catarino, também do ISA, dando conta que os fogos são também muito usados como método de caça.

MEMORIZE

● **De acordo** com pesquisadores, que se apoia num estudo que realizou há uns anos, o fogo no continente tem um ciclo semanal e aos dias de descanso “há muito menos fogos do que noutros dias da semana”, o que prova que resulta da actividade humana.

Para Sílvia Catarino, primeira autora de um artigo científico recente sobre o impacto do fogo em Angola, apesar dos benefícios do fogo, que é um dos principais motores dos ecossistemas naturais em África, o aumento da frequência ou da intensidade pode afectar negativamente a biodiversidade.

“Se forem muito frequentes, (...) tende a afectar negativamente a vegetação. Se forem muito intensos afecta a parte arbórea da vegetação e esta não tem tempo suficiente para se regenerar”, exemplificou.

Maria Romeiras, outra pesquisadora do ISA, avança que “o grande problema dos incêndios é juntarem-se à sobre-exploração da floresta, porque são florestas que têm muitas espécies raras e que têm vindo a ser sobre-exploradas devido à qualidade das madeiras”.

Além disso, o fogo produz gases com efeito de estufa, que contribuem para as alterações climáticas.

O continente africano é responsável em média por 70% da área queimada anual de todo o planeta e por cerca de 60% das emissões de gases com efeito de estufa resultante da queima de vegetação.

Apesar disso, José Miguel Pereira explica que o objectivo não deve ser suprimir ou acabar com o fogo, como desejam muitas vezes as administrações centrais dos países africanos.

“Isso não seria nem possível, nem desejável” em comunidades e ecossistemas em que o fogo tem um papel fundamental, disse.

O problema é a frequência excessiva ou a intensidade excessiva dos fogos, disse, acrescentando que outra dificuldade é quando as queimadas são feitas numa altura do ano que não é a mais adequada.

O objectivo, disse, é “gerir o fogo de uma maneira que se aumentem os benefícios que se podem retirar dele e se diminuam os prejuízos”.

Para melhorar a gestão do fogo, cientistas na Austrália recuperaram técnicas de gestão do fogo que os povos indígenas usam há milénios para gerir vastas áreas de território em todo o mundo, num projecto em que Angola e Moçambique estão envolvidos.

Para reduzir as emissões que se verificam quando os incêndios ocorrem numa vegetação demasiado seca, segundo o investigador, a estratégia passa sobretudo por fazer as queimadas mais cedo na época da seca.



NÚMEROS DA SEMANA

3,5

Milhões vacinas contra a covid-19 que chegam a Angola, provenientes da China.

500

Milhões USD, volume de negócios estimado, nos últimos três anos, entre Angola e a África do Sul, segundo o embaixador sul-africano, Oupa Monareng.

25%

Proporção dos moradores da centralidade do Kilamba que não paga renda nas habitações adquiridas em contratos de renda resolúvel.

100

Anos, período, estimado pelo secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Rosa, que Angola ainda tem para explorar diamantes.



MAIS DE 23,155 MILHÕES USD

PR adjudica mais uma obra sem concurso à Omatapalo

O Presidente da República aprovou mais uma adjudicação pelo procedimento da contratação simplificada para a Omatapalo, no caso para a construção do Centro de Formação Profissional de Jornalistas — Cefojor — Huambo, empreitada avaliada em mais de 23,155 milhões de dólares. Trata-se da terceira adjudicação sem concurso público este ano para a empresa com ligações ao governador de Benguela, Luís Nunes.

Em Agosto, foram pouco menos de 6,024 milhões de dólares, acrescidos de 14% do

IVA, para a construção e apetrechamento do edifício Ex-Ministério do Planeamento. Seguiu-se, em Outubro, a adjudicação pelo critério de contratação simplificada para trabalhos complementares de infra-estruturas técnicas e instalação de equipamentos na mesma unidade protocolar, num contrato avaliado em 1 612 989, 37.

No entanto, 2021 está entre os anos em que o Presidente da República menos obras adjudicou, sem concurso público, a Omatapalo, empresa que este ano ainda recebeu uma empreitada entregue por José de Lima Massano, a construção do Cash Center do BNA, empreitada avaliada em 57,3 milhões de dólares.

FEIRA DE LUANDA

Mais de 500 empresas marcam 36.ª edição

Arrancou, esta terça-feira (30), a 36ª edição da Feira Internacional de Luanda (Filda), com 558 empresas expositoras, 500 das quais angolanas.

A feira tem como tema central 'A Tecnologia como Suporte ao Desenvolvimento do Agronegócio e da Indústria' e decorre até 4 de Dezembro na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda – Bengo.

Para além de Angola, estão presentes, nesta edição, 17 países com 58 empresas. Portugal é a maior representação estrangeira com 17 empresas, seguido pela China com 11 e África do Sul, com seis. Brasil, Espanha, Itália e Alemanha contam com três empresas cada um, ao passo que Eritreia e Líbano têm dois representantes. Reino Unido, Japão, Argentina,

Índia, Coreia do Sul, República Democrática do Congo, França e Turquia contam cada um apenas com uma empresa na Filda.

O evento, promovido pelo Ministério da Economia e Planeamento e organizado pela empresa Eventos Arena, conta com stands do comércio e prestação de serviços, alimentação e bebidas, agronegócio, telecomunicações e tecnologias de informação e comunicação, indústria transformadora, banca, seguros, construção civil e obras públicas, máquinas e equipamentos, Oil & Gás, transportes e logística e serviços de saúde.

Manuel Nunes Júnior, ministro de Estado e da Coordenação Económica, inaugurou a feira e considerou-a um espaço de dimensão internacional que “procura promover parcerias bem-sucedidas capazes de gerar conectividade na produção nacional e parcerias de classe mundial”.

